

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO

REBECKA RABÊLO DE MEDEIROS

**O HOLISMO EPISTEMOLÓGICO DE QUINE E O HOLISMO  
SEMÂNTICO DE DAVIDSON A PARTIR DE UMA PERSPECTIVA DE  
POSSÍVEL COMPLEMENTARIDADE**

RECIFE, 2017

REBECCA RABÊLO DE MEDEIROS

**O HOLISMO EPISTEMOLÓGICO DE QUINE E O HOLISMO  
SEMÂNTICO DE DAVIDSON A PARTIR DE UMA PERSPECTIVA DE  
POSSÍVEL COMPLEMENTARIDADE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Filosofia, da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Filosofia.

Prof Dr. Érico Andrade Marques de Oliveira

RECIFE/ 2017

“Não estaremos entrando em choque com as pressuposições da velha Viena se dissermos que a epistemologia converte-se agora em semântica”

Quine- Epistemologia Naturalizada.

## RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar, numa perspectiva de possível complementaridade, a tentativa de superação dos dogmas do empirismo, a partir do holismo epistemológico, de Willard V. O. Quine, e a proposta do holismo semântico de Donald Davidson. Esta análise será feita a partir da averiguação da crítica quiniana aos dois dogmas do empirismo, que vêm a ser o conceito de analiticidade e o reducionismo verificacionista, e o desenvolvimento de sua epistemologia holística, como alternativa para a superação da dualidade entre analítico e sintético, legado kantiano, que perpassa o empirismo clássico. Haverá também uma análise da crítica de Donald Davidson à empreitada quiniana, uma vez que, em tal crítica, aponta-se para a existência de um terceiro dogma do empirismo, que consistiria na dualidade entre esquema conceitual e conteúdo, e tal dogma ainda estaria presente no holismo epistemológico proposto por Quine. A superação desse suposto terceiro dogma seria, possível de ser superado a partir de um holismo semântico proposto por Davidson. A isto, segue-se uma análise da resposta de Quine às críticas de Davidson, clarificando-se conceitos e equívocos, e, mediante essa análise, haverá a elaboração de ponderações a respeito de alguma possibilidade de complementaridade entre o holismo epistemológico de Quine, e o holismo semântico de Davidson.

Palavras-chave: Quine. Davidson. Empirismo. Dogma. Holismo.

## **LISTA DE ABREVIATURAS**

Neste trabalho, adotamos as já consagrada siglas em inglês e português das obras de Quine e Kant.

### Siglas

CRP – Crítica da Razão Pura

DDE – Dois Dogmas do Empirismo

EN - Epistemologia Naturalizada

FO – Falando de Objetos

PO – Palavra e Objeto

TDE – Two Dogmas of Empirism

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	07
1. –A CRÍTICA DE QUINE AOS DOGMAS DO EMPIRISMO CLÁSSICO.....	10
1.1 – Fundamento kantiano do empirismo clássico: distinção analítico/sintético.....	10
1.2 – Crítica à distinção analítico/sintético.....	13
1.3 – Crítica ao reducionismo verificacionista .....	20
2. –O HOLISMO EPISTEMOLÓGICO DE QUINE E A CRÍTICA DE DAVIDSON.....	25
2.1 – A tentativa de superação dos dogmas do empirismo com o holismo epistemológico de Quine .....	25
2.2 – A crítica de Davidson, o terceiro dogma do empirismo, e o holismo semântico.....	36
3. – ANÁLISE DA POSSÍVEL COMPLEMENTARIDADE ENTRE HOLISMO EPISTEMOLÓGICO E HOLISMO SEMANTICO, A PARTIR DE UMA RESPOSTA DE QUINE A DAVIDSON.....	45
3.1 Resposta de Quine a Davidson a partir do artigo <i>On the Very Idea of a Third Dogma</i> .....	45
3.2 Averiguação de uma possível complementaridade entre holismo epistemológico e holismo semântico a partir da resposta de Quine a Davidson.....	54
CONCLUSÃO.....	63
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	66

## INTRODUÇÃO

O problema do conhecimento, e da validação deste, perpassa toda a história da Filosofia. A pergunta sobre o que são as coisas, inevitavelmente levou à questão de como se pode conhecer as coisas e, sendo possível conhecer, como dá-se esse processo. Há, ainda, a problematização de como expressar, validar, através da linguagem, aquilo que se obteve a partir do processo do conhecimento. Teorias a respeito do problema do conhecimento, e da linguagem, se sucedem, por vezes antagonizam-se, transformando assim a epistemologia em uma fonte inesgotável de possibilidades de problematizações, que incidem na linguagem. Uma dessas grandes questões diz respeito à crítica de Quine aos dois dogmas do empirismo, e o desenvolvimento de sua epistemologia holística, que representa um grande avanço na questão do problema do conhecimento no cenário contemporâneo. Entretanto, sua engenhosa teoria - apesar de sua contundente crítica aos dois dogmas do empirismo, oriundos do legado kantiano - não teria dirimido a dualidade entre conceito e conteúdo, o que representaria uma lacuna para uma compreensão de fato holística a respeito do problema do conhecimento, e a superação dos dogmas do empirismo moderno. Nesse contexto, surge a contundente crítica de Donald Davidson que, na medida em que detecta este ponto frágil no holismo quineano, sugere que há ainda um terceiro dogma do empirismo a ser superado, e propõe uma nova teoria holística: um holismo semântico. Tal proposta é perpassada diretamente pelo problema da linguagem, e configuraria não apenas uma abordagem factualmente holística, como poderia ser compreendida como um aperfeiçoamento, um aprofundamento, da crítica quineana ao empirismo, e uma superação dos reducionismos vigentes neste.

Assim sendo, poderíamos analisar comparativamente, dentro do contexto filosófico contemporâneo, a proposta do holismo epistemológico de Quine, enquanto crítica ao legado epistemológico kantiano da distinção

entre analítico/sintético, e tentativa de superação dos dogmas do empirismo. E, por conseguinte, investigar a crítica de Davidson a proposta quineana, e a proposta do abandono do que a teoria davidsoniana denomina 'terceiro dogma do empirismo', que seria a dicotomia entre esquema conceitual e conteúdo empírico, e sua teoria do holismo semântico. A partir disso, então, estabelecer os limites da proposta quineana, e de seu holismo epistemológico, bem como a resposta de Quine à Davidson, e averiguar então se a teoria do holismo semântico de Davidson poderia representar um tipo de extensão, ou complementaridade, do holismo epistemológico, asseverando a complementaridade de teorias que abarcam o problema epistemológico e a linguagem.

Para tanto, no presente trabalho, examinaremos, no primeiro capítulo, a crítica quineana ao legado kantiano, a partir da análise da crítica aos dois dogmas do empirismo: distinção analítico/ sintético e reducionismo verificacionista. No capítulo dois, abordaremos os pontos fundamentais da teoria do holismo epistemológico, forjado numa tentativa de superação dos dogmas do empirismo; após isso, traremos à baila a crítica de Davidson à proposta holista de Quine, a partir da teoria do terceiro dogma do empirismo. Por fim, no terceiro capítulo, analisaremos a proposta davidsoniana do holismo semântico como superação do empirismo dogmático; e a isto seguir-se-á a resposta de Quine à crítica davidsoniana, e partindo dessa resposta, averiguaremos a possibilidade de uma possível complementaridade entre o holismo epistemológico e o holismo semântico, como forma de real superação dos reducionismos do empirismo.

Mediante o que foi até aqui exposto, mesmo que brevemente, pode-se perceber a importância da problemática proposta neste pesquisa, e a dimensão da mesma. Analisar o holismo quineano e o holismo davidsoniano sob uma perspectiva que remeta a uma possível complementaridade entre ambos, representaria uma possibilidade real de

superação do reducionismo empírico, uma vez que tanto a divisão entre enunciados analíticos e sintéticos quanto a dicotomia entre esquema conceitual e conteúdo empírico poderiam ser anuladas, e a perspectiva da construção e validação do conhecimento como um todo, como uma rede interligada, interdependente, passaria a reger o entendimento sobre os processos epistemológicos, que tendem a uma crescente fragmentação na contemporaneidade. Outro ponto interessante é o fato de epistemologia e linguagem aparecerem com complementares dentro desta proposta, visto que o problema da linguagem é um problema epistemológico, do mesmo modo que o problema epistemológico é também fundamentalmente um problema da linguagem. Se constatarmos a complementaridade entre o epistemológico e o semântico, de fato teremos chegado a uma proposta factualmente holística em si, e por si.

Esta pesquisa tem como fundamento uma revisão bibliográfica, tendo como fontes principais os textos dos autores mesmos em questão, sendo eles Quine e Davidson e, como fontes auxiliares, bibliografias que tratem de áreas tocadas pela problemática em questão como Epistemologia, Teoria do Conhecimento, Filosofia Contemporânea, Filosofia da Linguagem. O principal método utilizado é uma extensiva leitura analítica, reflexiva, e interpretativa, sendo todos estes processos executados com comprometimento, disciplina, organização e método, visando à clareza, objetividade, e elucidação das problemáticas levantadas.

## **1 A CRÍTICA DE QUINE AOS DOIS DOGMAS DO EMPIRISMO**

Na contemporaneidade há uma vasta gama de correntes epistemológicas, excepcionalmente devido ao avanço tecnológico e científico, não obstante exista questões e teorias apresentadas na modernidade, quanto ao problema do conhecimento, que não foram superadas, e são constantemente revisitadas. Quine (1951) foi um destes filósofos contemporâneos que buscou na modernidade um problema de raiz epistemológica que tem movimentado o meio filosófico, quando critica o legado kantiano, amplamente abraçado pela tradição filosófica, da divisão entre enunciados analíticos e sintéticos, que findou por gerar dogmas empiristas reducionistas. Para superar esse problema, Quine propõe um empirismo sem dogmas e um holismo epistemológico. Para uma melhor compreensão desta questão, e para um melhor entendimento da proposta quiniense de superação da distinção analítico/sintético, e do reducionismo verificacionista, inicialmente trataremos dos fundamentos kantiano do empirismo clássico, e a dualidade gerada por esses fundamentos; por conseguinte, traremos à baila a crítica de Quine aos dois dogmas do empirismo, a partir da análise crítica do conceito de analiticidade e do reducionismo verificacionista; e, por fim, analisaremos a proposta quiniense do empirismo sem dogmas, que resultaria na superação epistemológica da dualidade.

### **1.1. FUNDAMENTO KANTIANO DO EMPIRISMO CLÁSSICO: DISTINÇÃO ANALÍTICO/ SINTÉTICO**

A dualidade do empirismo lógico deriva da distinção clássica estabelecida por Kant, entre juízos analíticos e juízos sintéticos. Tal distinção, entretanto, especialmente no que concerne à noção de analiticidade, já havia permeado de modo incipiente o pensamento de filósofos como Leibniz e Hume, conforme pontua o próprio Quine “Two Dogmas of Empiricism”: “A divisão kantiana entre verdades analíticas e

verdades sintéticas já se prefigurava na distinção de Hume (1748) entre relações de ideias e questões de fato, e na distinção de Leibniz (1714) entre verdades da razão e verdades de fato”. (QUINE, 1951) Na teoria leibniziana, verdades da razão assumiriam o mesmo estatuto que os juízos analíticos, uma vez que tais verdades da razão seriam necessárias e universais; as verdades de fato, por sua vez, dependeriam de contingências materiais, aparentando-se aos juízos sintéticos:

Há duas espécies de verdades; as de raciocínio e as de fato. As verdades de raciocínio são necessárias e o seu oposto é impossível; e as de fato são contingentes e o seu oposto é possível. Quando uma verdade é necessária pode-se encontrar a sua razão pela análise, resolvendo-a em idéias e em verdade (Monadologia § 33)

Na teoria de Hume, os juízos analíticos estariam próximos das relações de idéias, e as questões de fato, dos juízos sintéticos. Entretanto essas teorias serviriam apenas como um prelúdio para a distinção clássica que se deu a partir da Crítica da Razão Pura, com Kant, nos seguintes termos:

Em todos os juízos, nos quais se pensa a relação entre um sujeito e um predicado ( apenas considero os juízos afirmativos, porque é fácil depois a aplicação aos negativos), esta relação é possível de dois modos. Ou o predicado B pertence ao sujeito A como algo que está contido (implicitamente) nesse conceito A, ou B está totalmente fora do conceito A, embora em ligação com ele. No primeiro caso chamo analítico ao juízo, no segundo, sintético. (CRP, Introdução (B), IV)

Porquanto, a partir dessa distinção kantiana passa a se consolidar na epistemologia, dois tipos de juízos distintos, um – *a priori* - que independe da experiência, visto que o predicado já está contido no sujeito, e outro tipo – *a posteriori* - que depende da experiência para que o predicado acrescente algo ao conceito do sujeito. Esses juízos *a priori*, que independem da experiência, os analíticos, não recorrendo à experiência para determinar o conteúdo do conceito que expressam,

seriam universais e necessários, e a negação de um juízo analítico constituiria contradição, sendo impossível logicamente. Os juízos sintéticos, por sua vez, uma vez que derivam de experiências particulares, portanto de contingências materiais, não teriam sua negação como uma contradição. Tais juízos, constituindo-se a posteriori, recorreriam a extensionalidade para construção do conhecimento; os analíticos, por sua vez, seriam juízos explicativos, construídos a partir de identidade sujeito/predicado, e elucidados apenas pela análise e decomposição dos conceitos implícitos ao próprio juízo:

Portanto, os juízos (os afirmativos) são analíticos quando a ligação do sujeito com o predicado é pensada por identidade; aqueles, porém, em que essa ligação é pensada sem identidade, deverão chamar-se juízos sintéticos. Os primeiros poderiam igualmente denominar-se juízos *explicativos*; os segundos, juízos *extensivos*; porque naqueles o predicado nada acrescenta ao conceito do sujeito e apenas pela análise o decompõe nos conceitos parciais, que já nele estavam pensados (embora confusamente); ao passo que os outros juízos, pelo contrário, acrescentam ao conceito de sujeito um predicado que nele não estava pensado e dele não podia ser extraído por qualquer decomposição. (CRP, Introdução (B), IV))

A partir de então, toda a epistemologia vindoura estaria visceralmente marcada por distinção entre analítico e sintético originando uma epistemologia fragmentada, incapaz de integrar seus próprios elementos, uma vez que, em termos quinianos, seria infrutífero “procurar uma fronteira entre enunciados sintéticos, que se baseiam de maneira contingente na natureza, e enunciados analíticos, que são válidos aconteça o que acontecer”. (DDE, p. 67) A crítica quiniana a esta distinção analítico/sintético dar-se-á especificamente a partir da forma que esta distinção tomou no empirismo, transmutando-se no dogma da analiticidade e no dogma do reducionismo verificacionista, conforme veremos a seguir.

## 1.2 CRÍTICA À DISTINÇÃO ANALÍTICO/SINTÉTICO

Para Quine, todo o empirismo moderno foi condicionado por dois dogmas, sendo um destes a crença na divisão fundamental entre verdades analíticas e verdades sintéticas, e outro dogma seria o reducionismo verificacionista:

O empirismo moderno foi condicionado, em grande parte, por dois dogmas. Um deles é a crença em uma divisão fundamental entre verdades que são *analíticas*, ou fundadas em significados independentemente de questões de fato, e verdades que são *sintéticas*, ou fundadas em fatos. O outro dogma é o reducionismo : a crença de que cada enunciado significativo é equivalente a alguma construção lógica com base em termos que se referem à experiência imediata. (DDE, p. 37)

A crítica de Quine aos dogmas do empirismo, especialmente à distinção analítico/ sintético, decerto é uma das críticas mais contundentes ao legado kantiano dentro do empirismo, e teve imensa repercussão na epistemologia contemporânea, lançando sementes de novos paradigmas epistemológicos (a epistemologia naturalizada, o holismo epistemológico, e até mesmo o holismo semântico) completamente perpassados por preocupações no âmbito da linguagem, da validação de enunciados, do problema do significado, da construção do corpo teórico-linguístico no qual se sustentam os sistemas das teorias do conhecimento, e da ciência. Além disso, a crítica de Quine possui sérias implicações na medida em que arrefece fundamentos sobre os quais grandes edifícios filosóficos, que pressupõem a analiticidade, estão sustentados, tanto na área da filosofia da linguagem, como na teoria do conhecimento como um todo, e até mesmo na matemática.

A crítica quiniiana à distinção analítico/sintético, em DDE, parte da demonstração da falibilidade da tentativa de se definir o conceito de analítico. E até mesmo o próprio questionamento a respeito da definição da analiticidade, em Quine, já configura-se como um problema de difícil

compreensão. Para Peter Hylton (2014, p. 104), a problemática em torno da analiticidade é tão densa que “não há sinal de concordância sobre as lições que devemos extrair dos escritos de Quine sobre analiticidade. E o que é mais alarmante, não há sequer concordância sobre quais as teses de Quine.”. Desse modo, a crítica quiniiana à analiticidade, tem sido fonte de inesgotáveis empreitadas interpretativas, críticas, e reformulações. No presente trabalho, a crítica de Quine à analiticidade será abordada, especificamente, a partir das problematizações surgidas no artigo *Dois Dogmas do Empirismo* (1951), e retomadas mais à frente, em alguma medida, a partir da abordagem da *Epistemologia Naturalizada* (1969), e de partes de *Palavra e Objeto* (1960).

Em DDE, Quine inicia a abordagem a respeito da noção de analiticidade criticando a concepção kantiana de enunciado analítico:

Kant concebia um enunciado analítico como aquele que atribuía a seu sujeito não mais do que já está conceitualmente contido no sujeito. Essa formulação tem dois defeitos: ela se limita a enunciados da forma sujeito-predicado e recorre à noção de estar contido, que é deixada em nível metafórico. (DDE, p. 38)

Partindo então dessa análise genérica da insuficiência do conceito kantiano de analiticidade, e baseado mais no uso que Kant faz do que no próprio definição do conceito, Quine diz o juízo analítico nos seguintes termos: “um enunciado é analítico quando é verdadeiro em virtude dos significados e independente de fatos”. (DDE, p. 38). Essa tentativa de dizer em que termos se daria um juízo analítico abre uma outra questão, a questão de qual conceito de significado está pressuposto na analiticidade. A partir disso, antes de buscar uma definição mesma de analiticidade, torna-se necessário distinguir *significado* do emaranhado de identificações que podem equivocadamente ser construídas ao se tratar de estabelecer o que é o *significado*. Em linhas gerais, é preciso compreender que significar não deve ser identificado com nomear – no

caso dos termos singulares -, visto que termos podem nomear uma mesma coisa, mas diferir quanto ao significado<sup>1</sup>. Do mesmo modo, é preciso também evitar a confusão entre significado e extensão, no caso dos termos gerais ou predicados<sup>2</sup>. Feitas essas ponderações - e tendo em mente que a noção aristotélica de essência foi a precursora da noção moderna de significado, embora não corresponda ao que é a doutrina do significado a partir da qual Quine trabalha -, surge então a necessidade de compreender que tipos de coisas são os significados, para se evitar equívocos como pressupor que haja necessariamente entidades significadas, e, conseqüentemente, inferir que significado e referência não são distintos. Apenas após estabelecer uma clara separação entre teoria do significado e teoria da referência pode-se, então, compreender o escopo da teoria do significado:

Uma vez que a teoria do significado esteja nitidamente separada da teoria da referência, é necessário apenas um pequeno passo para reconhecer como primeira ocupação da teoria do significado tão somente a sinonímia de formas lingüísticas e a analiticidade dos enunciados; os próprios significados, como entidades intermediárias obscuras, podem muito bem ser abandonados. (DDE, p. 40)

Sobre a questão do significado, para Peter Hylton (2014, p.109), “Quine rejeita a idéia de que podemos abordar de maneira útil a questão do significado começando com a suposição de que significados são itens de introspecção mental. Essa é a concepção que ele deplora e chama de mentalista.”. Assim sendo, tendo-se esclarecido a questão do

---

<sup>1</sup> Quine diz: “ O significado, recordemos, não deve ser identificado com a nomeação. O exemplo de Frege da ‘estrela da manhã’ e da ‘estrela da tarde’, e o exemplo de Russell de ‘Scott’ e ‘o autor de Warveley’ ilustram o fato de que termos podem nomear a mesma coisa, mas diferir quanto ao significado.” (DDE, p. 38)

<sup>2</sup> “Enquanto um termo singular pretende nomear uma entidade, abstrata ou concreta, um termo geral, não; mas um termo geral é verdadeiro a respeito de uma entidade, ou de cada uma de muitas, ou de nenhuma. A classe de todas as entidades de que um termo geral é verdadeiro é chamado de extensão do termo. Paralelamente ao contraste entre o significado de um termo singular e de uma entidade nomeada, devemos distinguir ainda entre o significado de um termo geral e sua extensão.” (DDE, p. 39)

que são os significados (que podem ser abandonados enquanto entidades intermediárias obscuras), e do papel que ocupam dentro da teoria do significado, o problema da analiticidade surgiria de modo mais acentuado (uma vez que, junto com a sinonímia das formas linguísticas, ocuparia o cerne da teoria do significado), e Quine aponta para a existência de duas classes de enunciados analíticos: (i) as verdades lógicas, e (ii) enunciados dependentes de sinonímia.

Os enunciados analíticos do tipo (i), são definidos por Quine como “um enunciado que é verdadeiro e permanece verdadeiro em todas as reinterpretações de seus outros componentes que não são as partículas lógicas.” (DDE, p. 41). Este tipo de enunciado poderia ser exemplificado por: *‘Nenhuma mulher não casada é casada’*. Um enunciado deste tipo permanece verdadeiro em toda e qualquer interpretação de “mulher” e de “casada”. Em outros termos, um enunciado analítico do tipo verdade lógica, não apenas é verdadeiro tal como está, mas permanece verdadeiro em todas e quaisquer reinterpretações dos termos. Sobre esta classe de enunciados analíticos não repousa críticas quonianas contundentes. De acordo com Pontes (2008, p. 108), “Quine aparentemente aceita a noção de verdades lógicas enquanto verdades que dependem exclusivamente do comportamento dos termos lógicos da sentença.” A crítica quoniana teria como ponto fulcral a classe (ii) de enunciados analíticos, os que dependem do conceito de sinonímia.

Os enunciados analíticos da classe (ii) seriam do tipo: *‘Nenhuma solteira é casada’*. Tais enunciados poderiam se tornar verdades lógicas por vias de substituição de sinônimos por sinônimos, isto é, através do uso da sinonímia. Para Quine, faltaria para essa classe de enunciados analíticos uma caracterização apropriada, bem como a própria noção de sinonímia utilizada na possível transmutação de um enunciado de classe (ii) em classe (i), exigiria clarificação. A partir deste

ponto, a crítica quineana à analiticidade torna-se mais complexa e robusta, perpassando inclusive o conceito de sinonímia.

Sobre a noção de sinonímia, Quine problematiza o conceito a partir da via da sinonímia por definição, por explicação, pela definição extrema, e pela via da sinonímia por intersubstitutibilidade *salva veritate*. Sobre a noção de sinonímia, Quine aponta a dificuldade primordial de afirmar exatamente o que significaria tal noção:

Está longe de ser claro o que exatamente significa afirmar a sinonímia, o que exatamente podem ser as interconexões necessárias e suficientes para que duas formas lingüísticas sejam apropriadamente descritas como sinônimas; mas o que quer que sejam, essas interconexões são normalmente baseadas no uso. (DDE, p. 43)

Não obstante essa dificuldade de especificar o que seria a sinonímia, Quine aborda a noção pelas vias supracitadas. Sinonímia por vias de *definição* (*definiendum*<sup>3</sup> e *definiens*<sup>4</sup>) seria um tipo de sinonímia que se daria a partir da lexicografia, nos seguintes termos: “Os enunciados analíticos da segunda classe se reduzem aos da primeira, as verdades lógicas, por *definição*; ‘solteiro’ por exemplo, é *definido* como ‘homem não casado’.” (DDE, p. 43). Desse modo, a sinonímia seria estabelecida a partir de uma substituição por sinônimos preexistentes. Outro modo, alternativo, para conceber a sinonímia seria o modo que Carnap chama de *explicação*. Nesse processo de sinonímia por *explicação*, de acordo com Quine, “o propósito não é apenas parafrasear o *definiendum* em um sinônimo imediato, mas na verdade aperfeiçoar o *definiendum*, refinando ou complementando seu significado.” (DDE, p. 44). Haveria ainda uma forma extrema de definição, considerada por Quine como uma espécie de sinonímia bastante inteligível. Esse tipo consistiria na “introdução explicitamente convencional de novas notações

<sup>3</sup> Termo ou conceito que será definido.

<sup>4</sup> Conjunto de termos ou conceitos que irão explicar – ou definir – o *definiendum*

para fins de mera abreviação. Aqui o *definiendum* se torna sinônimo de *defeniens* apenas porque foi criado expressamente com o propósito de ser sinônimo do *defeniens*.” (DDE, p. 45). Dessas tentativas de estabelecer a noção de sinonímia, teríamos:

Deste modo, deve-se esperar que o *definiendum* e seu *defeniens* sejam, em cada caso, relacionados segundo uma ou outra forma indicada anteriormente. O *defeniens* pode ser uma paráfrase fiel do *definiendum* na notação mais restrita, preservando uma sinonímia direta com o uso anterior; ou o *defeniens* pode, segundo o espírito de explicação, aperfeiçoar o uso anterior do *definiendum*; ou, finalmente, o *definiendum* pode ser uma notação recente criada, provida de significado aqui e agora. (DDE, p. 46)

Uma última via abordada sobre sinonímia, e a que demanda mais aprofundamento, é a questão da intersubstitutibilidade salva veritate<sup>5</sup>. Sobre esse ponto, Quine coloca que:

A intersubstitutibilidade salva veritate, que é pedra de toque da sinonímia, não deve se aplicar às ocorrências fragmentárias dentro de uma palavra. Essa compreensão da sinonímia, supondo-a aceitável por outros motivos, tem, na verdade, a desvantagem de recorrer a uma concepção anterior de “palavra”, que por sua vez, apresentará dificuldades de formulação. Não obstante, tendo reduzido o problema da sinonímia ao problema da natureza da palavra, é possível constatar algum progresso. (DDE, p. 48)

Apesar desse possível avanço restaria ainda a questão de se essa noção de intersubstitutibilidade salva veritate seria uma condição forte ou suficiente para a sinonímia, dentro de uma perspectiva de estabelecimento de um tipo de sinonímia cognitiva, e não de estabelecimento de identidades poéticas e psicológicas entre expressões. O

---

<sup>5</sup> Quine opta por utilizar a terminologia leibniziana “salva veritate” para designar esse tipo de sinonímia de duas formas lingüísticas, que consiste meramente em uma intersubstitutibilidade em todos os contextos sem que haja alteração do valor de verdade.

conceito de sinonímia cognitiva surge a partir da tentativa de se estabelecer um tipo de analiticidade que permitisse a transformação de um enunciado analítico do tipo (ii) em uma verdade lógica, um enunciado do tipo (i). Entretanto o que, para Quine era de fato necessário seria um tipo de sinonímia cognitiva que não partisse do pressuposto da analiticidade, uma vez que o conceito de analiticidade ainda prosseguiria obscuro:

O que precisamos é de uma explicação de sinonímia cognitiva que não pressuponha a analiticidade – se devemos explicar a analiticidade, inversamente, com a ajuda da sinonímia cognitiva. E , na verdade, essa explicação independente de sinonímia cognitiva é que está sendo considerada agora, isto , a intersubstitutibilidade salva veritate em qualquer ocasião, exceto dentro de palavras. (DDE, p. 49)

Quine aponta então para um tipo de circularidade dentro do conceito de analiticidade e sinonímia, além de apontar para o fato de que numa linguagem extensional<sup>6</sup> a própria intersubstitutibilidade salva veritate sequer seria garantia de sinonímia cognitiva do tipo necessário:

Assim, devemos reconhecer que a intersubstitutibilidade salva veritate, se concebida em relação a uma linguagem extensional, não é uma condição suficiente da sinonímia cognitiva no sentido de que se necessita para derivar a analiticidade à maneira de verdade lógica. (DDE, p. 52)

A partir dessas ponderações, Quine aprofunda sua crítica à analiticidade chegando à conclusão de que há uma obscuridade no conceito de analiticidade que só poderia ser, talvez, clarificado a partir de algum tipo de linguagem hipotética de um tipo simples. Mas mesmo uma solução desse tipo não prescindiria de um modelo que toma a analiticidade como uma característica irreduzível, o que impediria que o

---

<sup>6</sup> Linguagens onde todas as sentenças são formuladas exclusivamente por meio da lógica de predicados de primeira ordem com identidade e onde dois predicados extensionalmente equivalentes, ou seja, predicados que correspondem ao mesmo objeto, são intersubstituíveis.

conceito de analiticidade continuasse sem explicação ou definição plausível. Nos termos de Quine: “no curso destas reflexões sombrias, chegamos primeiro a uma visão obscura da noção de significado; depois da noção de sinonimia cognitiva; e finalmente, da noção de analiticidade.” (DDE, p.59). Deste modo, a crítica quineana ao primeiro dogma do empirismo, tornou-se uma das críticas mais bem fundamentadas e coerentes à analiticidade, e ao legado kantiano na epistemologia contemporânea. Outrossim, devido a impossibilidade de se clarificar, ou estabelecer um conceito, de analiticidade fica mais que evidente que não há como se traçar uma fronteira real entre enunciados analíticos e enunciados sintéticos. A partir disto, Quine passa então à crítica ao segundo dogma do empirismo, a saber: o dogma do reducionismo verificacionista.

### 1.3 CRÍTICA AO REDUCIONISMO VERIFICACIONISTA

O segundo dogma do empirismo, seria o reducionismo, advindo da teoria verificacionista do significado, que parte da crença de que é possível reduzir qualquer enunciado significativo a enunciados sobre experiências sensoriais. Para Quine, os dois dogmas têm uma mesma raiz , a distinção analítico / sintético :

Enquanto se considerar que em geral há sentido em falar de confirmação e invalidação de um enunciado, parece ter sentido falar também de um tipo-limite de enunciado que é confirmado vacuamente *ipso facto*, aconteça o que acontecer, e tal enunciado é o analítico. (DDE, p. 65)

Naturalmente, parece inelutável admitir que a verdade de um enunciado possui dependência tanto da linguagem quanto de fatos, de extensionalidade. Porquanto, seria ingênuo afirmar que não há essa dupla dependência da linguagem e da experiência nos processos de validação

de um enunciado, e nos processos da própria ciência. Entretanto, em termos quonianos, seria um grande equívoco pressupor que a verdade de um enunciado é de alguma forma decomponível em um componente lingüístico e um componente factual:

Minha proposta atual é que é um contrassenso, e a base de muitos outros contrassensos, falar de um componente linguístico e de um componente factual na verdade de qualquer enunciado individual. Tomada coletivamente, a ciência tem sua dupla dependência da linguagem e da experiência, mas essa dualidade não é significativamente delineável nos enunciados tomados um a um. (DDE, p. 66)

O grande problema surgiria, então, a partir da obsessão epistemológica em demarcar nitidamente a distinção entre analítico e sintético, já que a unidade da significância empírica necessariamente deve ser o todo da ciência ou da linguagem, visto que, para Quine, um sistema linguístico – a linguagem ordinária pode ser tomado como uma teoria<sup>7</sup>. Assim sendo, esse reducionismo verificacionista está imbricado no problema da analiticidade visto que deriva do problema do significado, ou antes da validação deste. O processo verificacionista, tendo seu nascedouro no problema na distinção kantiana, representa um desdobramento dos problemas surgidos na abordagem da analiticidade, porquanto, estabelece-se assim as bases do dogma reducionista, e sua ligação indelével com o problema do significado a partir da distinção analítico/sintético,

A teoria verificacional do significado, que constituiu-se como divisa do empirismo, configura-se então como uma chave do problema do

---

<sup>7</sup> PETERSEN, 2014: “Quine pensa que aprender uma linguagem é aprender uma teoria sobre como as coisas são (...). Esta tese, por mais controversa que possa parecer à primeira vista, atravessa toda a reflexão de Quine, sendo caracterizada principalmente nas primeiras páginas da ‘Palavra e Objeto’, e no seu artigo ‘Ontological Relativity’. É justamente o fato de Quine pensar a linguagem como uma teoria que conduz à sua tese de indeterminação da tradução. A linguagem é vista como um agregado de frases em que apenas a extremidade desse agregado tem um contato direto com a experiência – na maior parte das frases o contato é apenas indireto.”

significado, dado na forma do dogma reducionista, e pode-se estabelecer uma sutil distinção entre dois tipos de reducionismo: o *reducionismo radical* e o *reducionismo atenuado*. O *reducionismo radical*, antecedendo a teoria verificacionista do significado, partiria do pressuposto de que “todo enunciado significativo é considerado traduzível em um enunciado (verdadeiro ou falso) sobre a experiência imediata” (DDE, p. 61). Para Quine, é baseado nesse pressuposto reducionista radical que teorias como a de Locke e Hume se sustentariam, ao passo que indicavam que “toda idéia deve ou bem se originar da experiência sensível ou bem ser composta de idéias que assim se originaram” (DDE, p. 61). Esse reducionismo radical poderia ainda ser reformulado numa base doutrinária semântica a partir da qual “um termo, para ter significado de algum modo, deve ou bem ser um nome de um dado dos sentidos ou bem ser composto de tais nomes como uma abreviação de tal composto” (DDE, p. 62). Além dessa perspectiva semântica ambígua<sup>8</sup>, poder-se-ia também tomar enunciados completos como unidades significantes, o que implicaria numa tradução de todo enunciado – enquanto totalidades significantes - em uma linguagem de dados dos sentidos, sem no entanto que essa tradução fosse possível termo por termo. Desse modo, de acordo com a crítica quiniiana, “o reducionismo radical, concebido agora com enunciados como unidades, coloca-se a tarefa de especificar uma linguagem dos dados dos sentidos e mostrar como traduzir o resto do discurso significativo” (DDE, p. 62). É nesse contexto semântico do reducionismo radical que surgiria, necessariamente, e marcadamente a partir de Carnap, a adoção de uma linguagem dos dados dos sentidos:

A linguagem que Carnap adotou como ponto de partida foi uma linguagem dos dados dos sentidos no sentido mais restrito que se pode conceber, pois incluía também as notações da lógica, inclusive a teoria superior dos

---

<sup>8</sup> Quine diz: “Assim formulada, a doutrina permanece ambígua no que concerne à consideração dos dados dos sentidos como eventos e à consideração dos dados dos sentidos como qualidades sensoriais, e permanece vaga quanto às formas admissíveis de composição.” (DDE, p.62)

conjuntos, com efeito, incluía toda a linguagem da matemática pura. A ontologia implícita nela (isto é, o domínio dos valores de suas variáveis) abarcava não só eventos sensoriais, mas também classes, classes de classes, e assim por diante. (DDE, p. 63)

Entretanto, apesar dessa construção carnapiana ser um excepcional ponto de partida, uma vez que apontava para a redução do conceito de redutibilidade da ciência aos termos da experiência imediata, na medida em que define conceitos sensoriais complementares<sup>9</sup>, era ainda fragmentária e apenas um esboço, não obstante muito sugestiva. Outrossim, essa doutrina esboçada findou por apontar para um abandono da noção de traduzibilidade de enunciados sobre o mundo físico em enunciados sobre a experiência imediata, fomentando então uma visão atenuada do reducionismo. O dogma do reducionismo, agora nos moldes de um *reduccionismo atenuado*, trazendo em seu cerne a noção mesma da teoria verificacionista do significado, sustenta-se, de acordo com Quine, na suposição equivocada de que cada enunciado, tomado isoladamente de seus pares, pode, de qualquer forma, admitir confirmação ou invalidação. Assim sendo, na perspectiva quiniiana, embora mais atenuado e sutil, o reducionismo continuaria a influenciar diretamente o empirismo:

Mas o dogma do reducionismo tem, de forma mais sutil e atenuada, continuado a influenciar o pensamento do empirista. Persiste a noção de que, para cada enunciado analítico, existe associado a ele um domínio único de eventos sensoriais possíveis tais que a ocorrência de qualquer um deles aumenta a probabilidade da verdade do enunciado, e existe associado a ele outro domínio único de eventos sensoriais possíveis cuja ocorrência diminuiria essa possibilidade. (DDE, p.64)

---

<sup>9</sup> Sobre isso, diz Quine: “ Em uma série de construções em que ele explora os recursos da lógica moderna com muita engenhosidade, Carnap consegue definir uma vasta gama de importantes conceitos sensoriais complementares, que, não fossem suas construções, não se poderia sonhar que fossem definíveis em uma base tão escassa.” (DDE, p. 63)

Deste modo, o dogma do reducionismo , mesmo enquanto forma de reducionismo atenuada, além de continuar a perpassar o empirismo enquanto teoria verificacionista, ainda prosseguiria como sustentação nítida da distinção entre analítico e sintético. Para Quine, haveria um apoio mútuo entre os dogmas do empirismo, haja vista o núcleo dos tais consistir em acreditar que um enunciado pode ser confirmado ou invalidado individualmente. Perspectiva essa absolutamente equivocada, uma vez que, nenhum enunciado pode ser confirmado sozinho, seja analítico ou sintético. Não existiria a possibilidade de um fundo experiencial próprio para cada enunciado. Sobre esta impossibilidade diz Quine: “ nossos enunciados sobre o mundo exterior enfrentam o tribunal da experiência sensível não individualmente, mas apenas como um corpo organizado” (DDE, p. 65). Dentro desse corpo epistemológico organizado, nenhuma experiência particular poderia estar vinculada a algum enunciado individualmente no interior do corpo teórico. Por isso, seria um equivoco falar sobre um tipo de conteúdo empírico de um enunciado em particular. E, não havendo a possibilidade de um fundo verificacional individual, o equivoco se estenderia na tentativa de buscar fronteiras entre enunciados analíticos e sintéticos:

Além disso, é tolice procurar uma fronteira entre enunciados sintéticos, que se baseiam de maneira contingente na natureza, e enunciados analíticos, que são válidos aconteça o que acontecer. Qualquer enunciado pode ser considerado verdadeiro, aconteça o que acontecer, se fizermos ajustes drásticos o suficiente em outra parte do sistema. (DDE, p. 67)

A partir destas contundentes críticas aos dogmas do empirismo, e das constatações da inutilidade das tentativas de demarcar diretamente as distinções entre analítico e sintético, Quine lançaria então as sementes de uma proposta de um empirismo sem dogmas, dado na forma de um holismo epistemológico, a partir de uma epistemologia

naturalizada. Sobre essas propostas nos debruçaremos no próximo capítulo.

## 2 O HOLISMO EPISTEMOLÓGICO DE QUINE E A CRÍTICA DE DAVIDSON

### 2.1 O HOLISMO EPISTEMOLÓGICO DE QUINE

Na última seção do artigo *Dois Dogmas do Empirismo*, após criticar e recusar os dois dogmas, Quine abandona duas características fundamentais para a epistemologia empirista: o *fundacionismo*, na medida em que abandona o conceito de enunciados verdadeiros por si mesmos, e o *reducionismo* na medida em que refuta a possibilidade de verificação e validação de enunciados isolados:

O resultado final dos argumentos é um abandono de qualquer tipo de investigação *a priori* da realidade. Todo este argumento de Quine, que começou com uma análise do erro da tradição para pensar o significado, acabou recusando algumas das bases da epistemologia, como a busca de um fundamento indubitável, o reducionismo e principalmente a busca de uma justificação.

Porquanto, na perspectiva Quine, não há como dividir a totalidade dos enunciados de uma linguagem em enunciados verdadeiros ou falsos devido à experiência (sintéticos *a posteriori*) e enunciados necessariamente verdadeiros (analíticos *a priori*). Além disso, nenhum enunciado pode ter um significado empírico só seu, tampouco algum enunciado poderia validar isoladamente a si próprio<sup>10</sup>, uma vez que que “os nossos enunciados sobre o mundo exterior enfrentam o tribunal da

---

<sup>10</sup> Apenas enunciados por ele chamados de observacionais poderiam ser determinados verdadeiros ou falsos isoladamente. Pode-se, segundo alguns críticos, ver essa ressalva de Quine como um resquício da crença empirista clássica de que há enunciados sobre experiências sensoriais cuja verdade ou falsidade é mais fácil de determinar e menos dubitável que a de outros enunciados. Essa tese de Quine de que os universos lingüísticos enfrentam o tribunal da experiência como um todo é chamada por Hilary Putnam de holismo do significado

experiência sensível não individualmente, mas apenas como um corpo organizado.” (DDE, p. 65) . Quine propõe, então, como alternativa a este tão fragmentado e dogmático empirismo, profundamente marcado pelas distinções criticadas por ele, uma naturalização, que resultasse num empirismo sem dogmas, sustentado por um holismo epistemológico moderado<sup>11</sup>. A proposta do holismo quiniiano, simplificadamente, nos termos de Peter Hylton (2012, p. 107) , seria: “uma concepção de que muitas de nossas frases supostamente empíricas têm implicações para a experiência somente quando tomadas em conjunto com um corpo maior ou menos de outras frases. É a teoria mais inclusiva que tem essas implicações, não a frase individual por si só.” Entretanto, é preciso mencionar que Quine não chega a negar definitivamente a possibilidade de revisão empírica de um enunciado, inclusive os enunciados da lógica poderiam, não sem certa resistência, por serem enunciados muito teóricos e, em geral, pressupostos pela maioria dos outros enunciados de sistemas teóricos dos quais participam, ser revisados em seu valor de verdade devido a motivos empíricos. Mas, mesmo admitindo a necessidade de algum enunciado ser revisado, ou seu valor de verdade alterado, devido a fatos empíricos, é preciso que isto seja feito não isoladamente, mas, sim, em conjunto com outros enunciados de uma teoria ou universo lingüístico, numa reafirmação da tentativa de superação entre juízos analíticos e juízos sintéticos:

É equivocado falar do conteúdo empírico de um enunciado – em particular quando se trata de um enunciado inteiramente distante da periferia experimental do campo. Além disso, é tolice procurar uma fronteira entre enunciados sintéticos, que se baseiam de maneira contingente na natureza, e enunciados analíticos, que

---

<sup>11</sup> Haveria uma distinção entre dois tipos básicos de holismo, em função do modo como se concebe a questão da relação significado- experiência em cada um. Essa distinção desvela em dois tipos de holismo, a saber: *radical*, no qual o significado está ligado ao conjunto total de crença, e o *moderado*, cujo significado pode ser adquirido isoladamente, porém reduzindo uma parte da linguagem em uma relação de unidade significativa.

são válidos aconteça o que acontecer. Qualquer enunciado pode ser considerado verdadeiro, aconteça o que acontecer, se fizermos ajustes drásticos suficientes em outra parte do sistema. (DDE, p. 67)

Deste modo, a proposta holista quiniense não desconsideraria a experiência como meio de validação, entretanto com bastante ressalvas e especificações:

Certos enunciados, embora sejam sobre objetos físicos e não sobre a experiência sensível, parecem particularmente ligados à experiência sensível, e de maneira seletiva: alguns enunciados com algumas experiências, outros com outras. Esses enunciados, especialmente ligados às experiências particulares, concebo como próximos da periferia. Mas, com essa relação de “ligação”, não tenho em vista nada além de uma associação fraca, que reflete a relativa probabilidade, na prática, de nossa escolha de um enunciado em vez de outro para revisão, no caso da experiência recalcitrante. (DDE, p. 68)

Uma vez preservado o caráter empírico, essa tese leva Quine a concluir que, de todo modo - e apesar de prosseguir como empirista -, seria necessário banir qualquer teoria que afirme sem reservas um significado isolado de frases, dando uma clara indicação de que o único modo de pensar o significado é a partir de uma posição holista. Essa teoria holista quiniense assume três aspectos interessantes, ou antes carrega três modos de holismo em seu cerne, conforme explica Pettersen (2014, p. 96):

a) *holismo sentencial*, em que se deve perguntar pelo significado das palavras no contexto da proposição, e não isoladamente; esta tese é essencial, porque ela produz uma ruptura importante com empiristas clássicos; b) *holismo teórico*, que aparece na ideia de diferentes ajustes possíveis de tradução, em que podemos ter mais de uma forma de ajustar os dados da experiência; c) *holismo verificacional*, em que a

verificação do enunciado é feita tomando o todo da teoria em que o enunciado aparece.

Pode-se então perceber claramente que o holismo que Quine propõe tem como cerne a questão da linguagem, uma vez que trata de revisão e validação dos enunciados, num paradigma fora da distinção analítico/sintético e do reducionismo verificacionista, apontando sempre veementemente para uma perspectiva não fragmentada, que englobe as teorias ou sistemas lingüísticos onde ocorre os enunciados, como um todo:

Ora, uma conseqüência direta do holismo de Quine é que a noção de “afirmação sobre a realidade” ao menos se a interpretamos em termos experienciais, não é, em geral, satisfatoriamente aplicada a frases tomadas uma a uma. Conjuntos de frases tomadas coletivamente fazem afirmações que não podem ser divididas entre as frases individuais, e por isso a idéia de uma “afirmação sobre a realidade” não se ajusta com tomarmos frases individuais, em vez de teorias mais amplas, como unidades relevantes. Assim, em geral, não existe algo como o significado cognitivo de uma frase individual. (HYLTON. 2014, p. 107)

Assim sendo, uma teoria não poderia ser verificada, ou justificada, frase a frase, antes precisaria ser tomada como um todo. Frases isoladas do resto do contexto da teoria, ou do sistema lingüístico, não poderiam ser submetidas a verificação, e a conseqüência disso é que uma experiência isolada não poderia, por exemplo, ser tomada para provar a veracidade de uma frase. Para Quine, por mais completa que seja uma sentença, ela não servirá como meio independente de significado empírico, ou seja, ela deve está no âmbito das conseqüências testáveis ou observáveis. De fato, o significado de uma sentença, deve ser obtido não só pela observação, nem só pelo comportamento, mas no contexto da teoria..

A tese holista sustenta basicamente, assim, que os enunciados científicos não são separadamente vulneráveis a observações adversas porque é apenas conjuntamente como uma teoria que tais enunciados implicam suas conseqüências observáveis (NASCIMENTO, 2009, p.107)

Com isso fica claro que, a veracidade de um enunciado poderia até ser determinada por uma evidencia empírica, mas mesmo essa evidência empírica precisaria ser considerada no interior de um agregado teórico, ou sistema lingüístico. Isso porque, para Quine a linguagem, seria uma rede e os enunciados seriam as fibras dessa rede, e então nessa rede, que é antes de tudo uma rede de crenças, é que se poderia encontrar os significados dos objetos e das palavras. É através da compreensão do tecido com as fibras que Quine entende o holismo. Sobre a constituição das evidências empíricas, dentro dessa rede, numa perspectiva holística, Quine compreende que elas – as evidências – se darão a partir de determinados enunciados ou frases, próximos da experiência, ligadas ao conceito de *significado por estímulo*, que poderiam ser verificados a partir de significado por estímulo afirmativo, ou significado por estímulo negativo:

Podemos começar definindo o *significado por estímulo afirmativo* de uma frase como “Gavagai”, para um falante, como a classe de todas as estimulações (logo, padrões oculares de irradiação em evolução entre duas ocorrências de olhos fechados, apropriadamente cronometradas) que incitariam seu assentimento [...] Nós podemos definir o *significado por estímulo negativo*, de forma similar, com a permutação de “assentimento” e “dissentimento”, por exemplo, e, então, definir o significado por estímulo como o par ordenado dos dois. (PO, p. 58)

Esse *significado por estímulo*, entretanto, só seria possível a partir de enunciados que fossem muito próximos da experiência, como é o caso de “gavagai”, que seria um tipo de enunciado bem próximo à experiência, indicando algo – numa situação hipotética - referente a um instante em

que surgiria um coelho saltitante, por exemplo. A palavra “gavagai”, foi criada pelo o próprio autor, numa situação hipotética levantada em *Palavra e Objeto*, e retomada em *Falando de Objetos*, e teria como tradução “coelho”. Mas para que haja essa tradução, faz-se necessário ter um domínio da língua na qual ela esta inserida. Caso contrário, ao observar um nativo, apontar para uma animal e dizer “gavagai”, pode-se entender que seja um movimento do coelho, um salto do mesmo ou um das partes do coelho:

Imagine-se uma tribo recém-descoberta cuja linguagem não tenha afinidades conhecidas. O lingüista tem de aprender a linguagem diretamente, observando o que os nativos dizem em circunstancias observadas (...). Concederei que o lingüista pode estabelecer indutivamente, para além de uma dúvida razoável, que uma certa expressão gentílica [*gavagai*] é uma expressão que os nativos podem ser instigados a assentir pela presença de um coelho, ou de um fac-simile razoável, e não de outro modo. O lingüista então está autorizado a atribuir à expressão nativa a tradução cautelosa *Eis aí um coelho, Aí temos um coelho.*” (FO, p. 123)

Tais enunciados próximos da experiência, e portanto com condições de possibilidade de apresentar significados por estímulo, serviriam para uma possível verificação ou validação dos enunciados, e Quine trabalha com dois tipos de enunciados que seriam um tipo de enunciados de entrada na linguagem, tocando mais de perto a experiência, e assim estariam ligadas às questões de evidência: enunciados de ocasião e enunciados observacionais.

Os *enunciados de ocasião* (occasion sentences) são os enunciados que primeiro serão formados pelo *significado de estímulo*, e tais enunciados não podem ser a fonte de objetividade de uma linguagem, porque elas dependem demasiadamente de ‘informações colaterais’, *ou seja*, são menos condicionadas a uma estimulação sensorial concomitante, e mais ligadas a informações colaterais estocadas:

As frases que primeiro são formadas segundo esse *significado por estímulo* serão o que Quine chama de

frases de ocasião. O assentimento a essas frases de ocasião pode ser dado apenas num dado tempo e por uma dado falante, como, por exemplo, “Azul” ou “Isso dói”, etc. essas frases não podem ser a fonte de objetividade de uma linguagem, por que elas podem depender excessivamente de informações colaterais presentes na linguagem, o que dificultaria sua interpretação. É preciso para o desenvolvimento objetivo de uma teoria um tipo de frase que possa ser intersubjetivamente acordada e que dependa pouco de informações colaterais. (PETTERSEN, 2014, p. 118)

Uma vez estabelecida essa insuficiência quanto a *enunciados de ocasião*, surge então a necessidade de recorrer ao outro tipo de enunciados, que dependesse mais da estimulação presente do que de toda a informação estocada, considerando entretanto que seria impossível um tipo de enunciado compreensível que prescindisse de toda e qualquer informação estocada:

Mas um veredicto não pode depender da estimulação presente a tal ponto que exclua toda a informação estocada. O próprio fato de termos adquirido a linguagem revela que houve grande estocagem de informação, de uma informação sem a qual não estaríamos em condições de pronunciar veredictos sobre sentenças por mais observacionais que fossem. Evidentemente, temos que ser menos rígidos na nossa definição de sentença observacional, lendo da seguinte maneira: uma sentença é observacional se todos os veredictos a seu respeito apóiam-se na estimulação sensorial presente e não se apóiam em nenhuma outra informação estocada além da que é envolvida na compreensão dessa sentença. (EN, p. 173)

Apesar de até considerar a importância da informação estocada nos enunciados observacionais, para Quine, a sentença observacional não se liga à informações passadas que pudessem alterar o valor de verdade do enunciado no momento presente:

“Uma sentença observacional é uma sentença sobre a qual todos que falam a língua pronunciam o mesmo

veredicto, quando é dada a mesma estimulação concomitante. Em termos negativos, uma sentença observacional é uma sentença que não é sensível, no interior da comunidade lingüística, a diferenças de experiência passada.” (EN, p. 173)

É necessário esclarecer, contudo, que não considerar como fundamental, na compreensão de uma sentença, as informações estocadas para além das necessária para a compreensão mínima da sentença, não implica em admitir, sem restrições, algum tipo de apriorismo ou analiticidade. Sobre este ponto, Quine esclarece:

Como distinguir a informação envolvida na compreensão de uma sentença, da informação que vai além desses limites? Esse é o problema da distinção entre verdade analítica, que emerge a partir dos meros significados das palavras, e verdade sintética, que se apóia não somente sobre significados.[...] Talvez possamos, na nossa definição de sentença observacional dispensar a noção controvertida de analiticidade em favor desse atributo direto de aceitação pela comunidade inteira. Naturalmente, esse atributo não é absolutamente uma explicação da analiticidade. A comunidade estaria de acordo em afirmar ter havido cães pretos; e no entanto ninguém que fala em analiticidade chamaria isso de analítico. Minha rejeição da noção de analiticidade importa justamente na recusa de traçar uma linha que separe o que é envolvido na mera compreensão das sentenças de uma língua, de tudo aquilo mais que a comunidade encara com os mesmos olhos. (EN, p. 172)

Fica claro que, “o traço distintivo de uma sentença observacional é a concordância intersubjetiva sob estimulação concordante” (EN, p. 173). Assim, a dualidade entre juízos analíticos e sintéticos, bem como a possibilidade de validar ou verificar um enunciado isoladamente, são mais uma vez afastados pela perspectiva quiniiana. E, embora haja variações

na comunidade de falantes<sup>12</sup>, essas variações não impediriam uma observação razoavelmente consensual, quando se tomasse enunciados que dependesse de pouca informação colateral, como, por exemplo, dizer “a comida mata a fome.” Isto dar-se-ia pelo caráter de intersubjetividade que permeia a noção de sentenças observacionais, Tais sentenças, fundamentalmente providas de intersubjetividade, tornam-se então o tribunal intersubjetivo das hipóteses científicas, servindo como evidencia e como fonte de significado:

A sentença observacional é a pedra angular da semântica pois, como acabamos de ver, ela é fundamental para a aprendizagem do significado. Além disso, é nelas que o significado tem maior firmeza. As sentenças que nas teorias se situam mais acima não têm conseqüências empíricas que pudessem ser ditas própria a elas; elas só se defrontam com o tribunal da evidencia sensorial em agregados mais ou menos amplos. A sentença observacional, situada na periferia sensorial do corpo científico, é o agregado verificável mínimo: ela tem um conteúdo todo seu e o exhibe nos seus traços, como um distintivo. (EN, p. 174)

E, uma vez sendo colocada nesta posição privilegiada, as sentenças observacionais podem ser consideradas pedra de toque teórica na proposta holista quiniana, uma vez que trançam a epistemologia e a semântica no cerne da teoria:

Foi muito importante que a noção de frase de observação tivesse sido esclarecida, pois ela é fundamental em dois aspectos. Esses dois aspectos correspondem à dualidade para a qual chamei atenção acima, nesta exposição: a dualidade entre conceito e doutrina, entre

---

<sup>12</sup> Cf. Pettersen: “ Uma comunidade lingüística pode ser determinada amplamente, como, por exemplo, no caso em que as pessoas falam a mesma língua e aprenderam a dominá-la de um modo semelhante; ou em um caso em que, além do domínio da língua materna também será necessário dominar certo vocabulário técnico. Por exemplo, dizer ‘isto é um pósitron’ pode eventualmente ser observacional para uma comunidade restrita de falantes que saibam lidar com o vocabulário da física. Já dizer ‘este cachorro tem quatro patas’ é observacional, mas agora para uma comunidade muito mais ampla de falantes, a qual precisa provavelmente dominar apenas a língua materna para compreender essa frase. (PETTERSEN, 2014, p. 120-121)

saber o que uma frase significa e saber se ela é verdadeira. A frase de observação é básica para os dois empreendimentos . sua relação para com a doutrina, para com o nosso conhecimento do que é verdadeiro, é , em grande parte, a tradicional: frases de observação são o repositório de evidencia para as hipóteses científicas. Sua relação com o significado também é fundamental, dado que são elas as primeiras que, na nossa condição, aprendemos a compreender, como crianças e como lingüistas em pesquisa de campo. Pois as frases de observação são precisamente aquelas que podemos correlacionar a circunstancias observáveis da ocasião de elocução ou de assentimento, independente das variações nas histórias passadas dos indivíduos informantes. Elas são as únicas vias de acesso a uma língua. (EN, p.122)

Essas sentenças observacionais, enquanto pedra de toque teórico da proposta holista de quiniã, une visceralmente a questão do significado á questão da evidencia, dentro do corpo teórico ou lingüístico a ser revisado ou conhecido. Ou seja, para Quine, por mais completo que seja uma sentença, ela não servirá como meio independente de significado empírico, ou seja, ela deve estar no âmbito das consequências testáveis ou observáveis. De fato, o significado de uma sentença, deve ser obtido não só pela observação, nem só pelo comportamento, mas no contexto da teoria..

A tese holista sustenta basicamente, assim, que os enunciados científicos não são separadamente vulneráveis a observações adversas porque é apenas conjuntamente como uma teoria que tais enunciados implicam suas consequências observáveis (NASCIMENTO, 2009, p.107)

Com isso fica claro que, para encontrar o significado de uma palavra em particular, precisa, sem dúvida, conhecer o enunciado no domínio da língua em que ela faz parte. Além disso, quando Quine trata o

problema da tradução radical<sup>13</sup>, deixa de lado o fator mental que procura significado nas palavras e objetos, e parte para o comportamento lingüístico dos falantes (PENCO, 2006, p. 197). Sobre o comportamento lingüístico, Quine afirma que “os enunciados observacionais (...) são emitidos em concomitância com um fenômeno claramente perceptível” (PENCO, 2006, p. 197). Essa perspectiva deixa evidente que, para Quine, o problema da evidência empírica nasce da avaliação da idéia de significado, que mesmo concebido numa perspectiva holista, permanece empírico. Os problemas entre evidência e significado, ou entre epistemologia e semântica estão, então, postos como temática central da proposta quiniana do holismo naturalista:

Não estaremos entrando em choque com as pressuposições da velha Viena se dissermos que a epistemologia converte-se agora em semântica. Pois, como sempre, a epistemologia continua centrada em torno da evidencia, e o significado em torno da verificação; e evidencia é verificação. Oq eu é provável que choque aquelas pressuposições é a afirmação de que o significado deixará de ter qualquer aplicabilidade clara a sentenças singulares, uma vez que tivermos ido além das sentenças observacionais; e igualmente, a de que a epistemologia se funde tanto à psicologia quanto à lingüística.(EN, p. 174)

Entretanto, apesar de todos os esforços quinianos na abordagem dessas problemáticas, e tentativas de superação das distinções mais fundamentais do empirismo, suas teoria foram consideradas insuficientes por Donald Davidson, que, alegando a existência de um terceiro dogma do empirismo, tece criticas contundentes ao pensamento quiniano, conforme veremos a seguir.

---

<sup>13</sup>Tradução radical trata-se de uma tradução de uma determinada língua para outro, sem auxílio do manual, apenas pelo comportamento observado dos nativos, conforme já abordado, anteriormente, sobre o termo “gavagai”.

## 2.2 A CRÍTICA DE DAVIDSON, O TERCEIRO DOGMA DO EMPIRISMO, E O HOLISMO SEMÂNTICO

Conforme já mencionado, Davidson não percebe a proposta de Quine como suficiente, e levanta a questão de um terceiro dogma presente no empirismo. Ele defende que este dogma é o que daria sustentação a todo o edifício empirista, e continuaria presente até mesmo no próprio Quine. Davidson, na realidade, radicalizando o ataque à distinção dos enunciados entre analíticos e sintéticos, ao reducionismo, e à teoria verificacionista.

Davidson held that systematic knowledge of truth and reference could do all the work for which we need a notion of meaning. His strategy was to embrace Quine's rejection of analyticity, synonymy, and our ordinary notion of meaning, substituting knowledge of truth and reference whenever there was something genuine to be captured. (SOAMES, 2010)

A partir disso, Davidson no artigo *On the Very Idea of a Conceptual Scheme* (1974) ataca o holismo de Quine, criticando o terceiro dogma do qual a proposta holista não se teria livrado, o dualismo *esquema-conteúdo* que consiste do seguinte: *esquema conceitual*, que equivale aos enunciados analíticos, os quais dependem apenas do significado, e o *conteúdo empírico*, que equivale aos enunciados sintéticos que depende da experiência. (Penco, 2006) O dualismo esquema-conteúdo tem sido formulado de muitas maneiras. Para aqueles que sustentam o terceiro dogma, a linguagem na qual o esquema conceitual é expresso estaria em uma certa relação com o conteúdo empírico, relação esta que varia conforme o autor. Haveria, então, para Davidson, duas formas interpretativas através das quais os dualistas poderiam ser divididos:

para um primeiro tipo, o esquema *organiza* o conteúdo empírico; para o outro tipo, o esquema *se adapta* a esse conteúdo. (2001, p. 191) Outro ponto importante que o autor esclarece é a variação quanto ao que constituiria o conteúdo empírico para os diferentes autores que sustentam o dualismo. Conforme Davidson, haveria também dois grupos entre os dualistas no que toca a este particular: um deles que entende por conteúdo algo como uma realidade (podendo ser usados também termos como “natureza” e “universo”); e o outro grupo costuma falar em experiência (ou então a cena presente, irritações da superfície, estímulos sensoriais, dados dos sentidos ou simplesmente dados). (DAVIDSON, 2001, p. 192) Dentre esses vários exemplos que Davidson apresenta, ele aponta de modo mais contundente para a teoria de Quine, da crítica aos dois dogmas do empirismo, uma vez que na perspectiva davidsoniana, conforme já mencionado, a crítica quineana era insuficiente, e sustentava uma permanência perigosa no empirismo. Para Davidson, a dicotomia de esquema conceitual/conteúdo empírico é o "terceiro dogma" que se deve abandonar junto com a distinção analítico/sintético. E esse abandono deveria implicar, por conseguinte, um abandono do empirismo, algo que, para Davidson, Quine não havia feito. Aliás, não seria equivocado afirmar que grande parte da crítica direcionada a Quine deve-se mais ao fato de Davidson não compactuar com a permanência quineana no empirismo. Vejamos o que ele afirma, especificamente, a respeito de Quine:

The thoughts are expressed by Quine in many passages: "The totality of our so-called knowledge or beliefs ...is a man-made fabric which impinges on experience only along the edges ...";<sup>14</sup> "Total science is like a field of force whose boundary conditions are experience";<sup>15</sup> "As an empiricist I... think of the conceptual scheme of science

---

<sup>14</sup>W.V.O. Quine, "Two Dogmas of Empiricism," reprinted in *From a Logic' Point of View*. 2nd edition, Cambridge, Mass., 1961, p. 42.

<sup>15</sup>*Ibid.*

as a tool . . . for predicting future experience in the light of past experience."<sup>16</sup> (Davidson, 1974, p.13)

Fica evidente que a crítica davidsoniana vai além do apontamento de uma crítica a uma teoria insuficiente, antes é uma crítica a todo o sistema caracterizado como empirismo. A admissão de que é preciso recorrer à experiência em alguns momentos com a finalidade de averiguar, ou coletar dados iniciais, para uma construção de conhecimento seria, então, o grande sustentáculo do empirismo, e gerador da dualidade entre esquema conceitual e conteúdo empírico. Para Davidson, um dos grandes problemas da teoria quineana estaria justamente em recorrer às estimulações sensoriais do indivíduo, uma vez que Quine admitiria que o significado e a evidência para a construção de determinadas sentenças dependeria, direta ou indiretamente, das estimulações dos receptores sensoriais do falante. Como é o caso dos enunciados observacionais, por exemplo, vistos no tópico anterior, que são enunciados componentes da teoria que tocam a experiência mais de perto. De acordo com Oliveira (2011) essa crítica davidsoniana se daria do seguinte modo:

Para melhor esclarecer seus argumentos na crítica a Quine, Davidson faz uma distinção entre duas teorias sobre o significado e a evidência: a proximal e a distal. Segundo Davidson, a locação dos estímulos é notoriamente ambígua nos estudos de Quine, pois ele oferece duas escolhas quanto à locação: uma delas é sobre os receptores sensórios – teoria proximal -, e a outra é sobre objetos e eventos compartilhados publicamente – teoria distal -.Ao observar essas duas teorias não se sabe mais em que sentido deve-se considerar o significado e a evidência, se distal ou proximal. Davidson acredita que falar de estimulações das terminações nervosas de indivíduos seja recair no antigo problema do solipsismo, que desemboca no ceticismo acerca do conhecimento. Desse modo, a única

---

<sup>16</sup> *Ibid.*, p.44.

solução seria voltar-se aos objetos acessíveis publicamente ao invés de estímulos sensoriais.(Oliveira, 2011, p.5)

Esse ceticismo ao qual a perspectiva quiniiana conduziria, que seria consequência de atribuir às estimulações sensoriais um papel crucial para a evidência e para o significado acabaria por criar um nível epistêmico intermediário entre o esquema conceitual consubstanciado em nossa teoria sobre o mundo e o próprio mundo. É nesse sentido que Davidson afirma que “há um nível epistêmico intermediário entre o mundo que causa nossas sensações e nosso conceito do mundo. O problema que eu vejo em tal epistemologia é que ela não escapa do ceticismo dos sentidos, porque nós podemos sempre perguntar se o mundo é do modo como imaginamos que ele é ou se estamos tendo as impressões que nós teríamos se o mundo fosse desse modo.” (1994, p. 187). Essas impressões, oriundas de estimulações sensoriais, cruciais para o significado e para a evidência acabaria por conduzir ao ceticismo, na medida em que estaria aberta a possibilidade de serem falsas, em sua maioria, as crenças de sujeitos a partir de experimentos mentais<sup>17</sup>, e tal possibilidade poderia ser estendida, por sua vez, a nossas próprias crenças. Outrossim, qualquer significado instituído a partir da experiência, seria reprovável, dado o fato de significado e justificação estarem interligados, conforme Arruda (2007, p. 31):

Para Davidson, significado e justificação são ligados por um princípio: dar o significado de uma sentença irá demandar que nós especifiquemos o que justificaria afirmar isso. Davidson diz que damos uma descrição ruim de significado, se sustentarmos que qualquer coisa a ser significada precise ser traçada para trás na experiência.

---

<sup>17</sup> Davidson chega a fazer um paralelo com o famoso exemplo de Quine, o “gavagai”, já mencionado anteriormente, para criticar a questão da estimulação sensorial. Em seu artigo *Meaning, Truth and Evidence*, Davidson propõe o seguinte experimento de pensamento que reforça sua crítica: “imaginemos alguém que, quando um porco passa, tem precisamente os modelos de estimulação que eu tenho quando há um coelho em vista. Suponhamos que a sentença de uma palavra que o porco o inspira a assentir seja ‘Gavagai’.” (1990, p. 74)

Nós poderíamos chamar isso uma concepção fundacionista de significado; significado, nessa forma básica, nos aparece como partes acessíveis. Em um lado, existem as crenças, com seus significados amplos, se não completos, acessíveis a nós; no outro lado, um pouco separado, está a parte da verdade. O que crenças significam é uma coisa; se elas são falsas ou verdadeiras, é uma coisa totalmente diferente.

Desse modo, esse 'fundacionismo' a partir da experiência, findaria por gerar um tipo de problema no que concerne ao estabelecimento de quais crenças seriam verdadeiras ou não, visto que não havendo possibilidade de todos os indivíduos processarem do mesmo modo aquilo os dados sensórios nos trazem - uma vez que seria impossível partilhar receptores de estímulos que fossem homólogos - , então seria impossível estar a par das crenças do outro, a menos que fossemos um tipo de intérprete onisciente<sup>18</sup>, e validar enquanto verdadeiras ou falsas tais crenças, já que as crenças seriam derivadas de um internalismo no processo de interpretação dos dados sensórios. De acordo com Davidson, faz-se necessária "uma teoria do significado e uma epistemologia que de algum modo una os conteúdos de fala e pensamento às situações e objetos sobre os quais assumimos que aqueles conteúdos são" (1994, p 190).

A partir dessas críticas, Davidson propõe então um holismo semântico, como meio de superar definitivamente as dualidades empiristas, e a falta e clareza das propostas quinianas. O holismo epistemológico surgiria, do mesmo modo que o holismo epistemológico, da compreensão que as partes só serão dotados de sentido, e validadas, no todo. Levando em consideração que a interpretação de uma linguagem depende das crenças do indivíduo, e as mesmas proposições verbais de

---

<sup>18</sup> O intérprete onisciente seria um tipo de intérprete hipotético que teria apenas crenças verdadeiras sobre o mundo, e assim seria capaz de validar as crenças como verdadeiras. Diferente do intérprete comum, que seria falível, podendo então pressupor crenças falsas.

um falante podem ser interpretadas de maneira diferente por diferentes ouvintes, gerando então uma impossibilidade de uma interpretação unívoca a priori, então só poderíamos dar o significado de um enunciado se dermos o significado de todos os enunciados ou palavras da linguagem.

A proposta holista semântica de Davidson, partiria então de uma teoria do significado – que, em certa medida, é baseada na teoria da verdade de Tarski<sup>19</sup> – e que poderia ser compreendida também como uma teoria da interpretação, uma vez que era necessário oferecer a um falante o significado de todos os componentes de uma língua, para que fosse possível um mínimo de compreensão daquela linguagem. De acordo com Penco, poderíamos concluir:

Em certos aspectos a teoria de Davidson é um outro modo de traduzir a teoria clássica do significado como condições de verdade, que já vimos ser uma idéia central da filosofia da linguagem em suas origens(...). A teoria põe em evidência, antes de tudo, de que modo a interpretação dos *enunciados compostos* depende dos enunciados componentes. Pense-se na definição clássica do significado dos conectivos dado pelas tábuas de verdade (" $a \wedge b$ " é verdadeiro se  $a$  é verdadeiro e  $b$  é verdadeiro, etc). Davidson apresenta as coisas de maneira análoga, mas na parte direta do bicondicional não aparece mais o predicado de verdade.

Desse modo, conhecer o significado de um enunciado, seria conhecer as condições de verdade para que tal enunciado seja verdadeiro, ou seja conhecer o significado de um enunciado é saber o que acontece se ele é verdadeiro. Em última instância, essa proposta davidsoniana seria empírica, e dependeria das condições de possibilidade empíricas para que um enunciado fosse verdadeiro, e só então seria possível conhecer o significado de um enunciado, e depois de conhecidos todos os

---

<sup>19</sup> De acordo com D'Agostini, "a teoria A teoria da verdade de Tarski defende que a noção de verdade numa linguagem natural, onde S é verdadeiro (em L) se e somente se p, S é um enunciado da linguagem L, e p é a sua tradução na metalinguagem de que nos servimos para dar a regra ou a fórmula da verdade."

significados de todos os enunciados, se daria a condição de conhecer uma linguagem. Entretanto, apesar disso, a teoria holista davidsoniana quebra a idéia de estimulação sensorial, haja vista que as condições de verdade de um enunciado estariam ligados a algo compartilhado externamente, e não no indivíduo. Para Davidson,

A identificação dos objetos do pensamento descansa sobre uma base social. Sem uma criatura que observa a outra, a triangulação que situa os objetos relevantes num espaço público não poderia ter lugar. Não quero dizer com isso que a observação de uma criatura, por parte de outra proporcione a qualquer delas o conceito de objetividade. A presença de duas ou mais criaturas interagindo entre si e com um entorno comum é, no melhor dos casos, uma condição necessária de tal conceito. Só a comunicação pode proporcionar o conceito, porque ter o conceito de objetividade, o conceito dos objetos e dos eventos que ocupam um mundo compartilhado, dos objetos e dos eventos cujas propriedades e existência são independentes de nosso pensamento, requer que sejamos conscientes do fato de que compartilhamos outros pensamentos e um mundo.

O significado estaria conectado diretamente com as condições que tornam as sentenças intersubjetivas verdadeiras ou falsas. Embora não seja possível negar, mesmo nessa teoria, o papel causal dos sentidos, os estímulos seriam, entretanto, compartilhados no estabelecimento epistemológico das condições de verdade do enunciado, e não na pele do indivíduo, como na perspectiva quiniana da estimulação sensorial. Isto é, embora não fosse possível fisiologicamente que todos os falantes de um língua fossem dotados da habilidade de processar os dados sensoriais através de receptores homólogos, ainda assim haveria um tipo de acordo intersubjetivo no que concerne ao estabelecimento das condições de verdade para validação de uma crença. Para fugir de qualquer ceticismo oriundo de um mentalismo ou internalismo na construção do significado, o holismo semântico seria dotado de um tipo de externalismo contratual,

digamos. Em outros termos, o que a teoria semântica holista de Davidson faz , de acordo com Oliveira, seria:

Remover dos órgãos dos sentidos, das suas atividades e manifestações imediatas, tais como sensações e estimulações sensoriais, a importância teórica central de significado e do conhecimento. As causas externas ao falante é que importam diretamente ao significado, e assim devem ser tomadas e avaliadas por um intérprete conjuntamente.(...) Ou seja, sugere que o intérprete correlacione suas próprias respostas e as do falante pela referência a causas mutuamente salientes no mundo do qual eles falam. (OLIVEIRA, 2011, p. 07)

Assim sendo, tal qual na perspectiva quineana, o holismo semântico seria fundado em um apelo a intersubjetividade, e na compreensão do todo da linguagem, para então ser possível uma interpretação, ou compreensão, entre os falantes. Porquanto, de acordo com Arruda (2007, p. 23),

Davidson propõe uma nova luz sobre a questão da pluralidade dos mundos e intraduzibilidade das linguagens, uma visão renovada do processo comunicativo. Para ele, o esquema conceitual ou a perspectiva teórica não são inteiramente distinguíveis da linguagem em que são formulados. Analogicamente é impensável a existência de uma linguagem como totalidade separada, que os falantes atingem. Existem, antes, processos singulares de adaptação recíproca entre falantes, que chegam a aquisições de tipo interpretativo, e, portanto, provisórias e continuamente submetidas a revisões e correções.

Entretanto, não prescindindo do imenso valor da teoria davidsoniana, e embora seja possível superficialmente afirmar que, uma vez que se dá nesses termos, essa teoria holista semântica de Davidson representaria uma relação de complementaridade, ou ampliação, da teoria holista de Quine, é preciso considerar alguns elementos que a teoria davidsoniana apresenta , e que poderiam representar, na verdade,

elementos impeditivos para se estabelecer uma complementaridade entre os sistemas. Por isto, essa teoria holista davidsoniana enfrentou algumas críticas, e levou o próprio Quine a escrever um artigo intitulado “*On the Very Idea of a Third Dogma*”, publicado no livro *Perspectives on Quine* (1990), no qual há uma resposta às críticas davidsoniana, bem como algumas ponderações quonianas a respeito das implicações da proposta de Davidson. Por esta razão, é preciso analisar tal resposta quoniana para então ser possível asseverar – ou não – uma possível complementaridade entre holismo epistemológico de Quine e o holismo semântico de Davidson, conforme veremos no próximo capítulo.

### **3 ANÁLISE DA POSSÍVEL COMPLEMENTARIDADE ENTRE HOLISMO EPISTEMOLÓGICO E HOLISMO SEMÂNTICO, A PARTIR DE UMA RESPOSTA DE QUINE A DAVIDSON**

#### **3.1 RESPOSTA DE QUINE A DAVIDSON A PARTIR DO ARTIGO *ON THE VERY IDEA OF A THIRD DOGMA***

Conforme já mencionado, Davidson criticou a empreitada quineana de superação dos dogmas do empirismo, apontando para um terceiro dogma (distinção esquema conteúdo), que persistiria na proposta de Quine, e sustentaria de todo modo um empirismo dogmático. Quine, entretanto, respondeu às críticas davidsoniana, no pequeno artigo já mencionado, *On the very Ideia of the Third Dogma*, iniciando sua réplica evidenciando algumas questões a respeito das abordagens sobre verdade, significado e crença. Naturalmente essas idéias sempre estiveram de algum modo interligadas, entretanto Davidson elege a teoria da verdade de Tarski como teoria do significado mais elaborada, e por isso parte dela em sua construção semântica. Entretanto, na perspectiva quineana, a teoria de Tarski seria um estudo da semântica em um sentido amplo, ligando-se mais à questão da referência do que ao significado:

That meaning and truth were somehow closely related was evident before Russell's eponymous *Inquiry* and after, but it was left to Davidson to recognize Tarski's theory of truth as the very structure of a theory of meaning. This insight was a major advance in semantics. Tarski had indeed called his theory of truth a study in semantics, but one felt constrained to add that it was

semantic only in a broad sense, belonging more specifically to the theory of reference and not to the theory of meaning. (QUINE, 1990, p. 39)

Não obstante essa teoria semântica de Tarski tenha sido um grande avanço na área, e o próprio Davidson tenha sublinhado com veemência, adicionalmente, a questão do emparelhamento de significado e crença, como pontos que só “podem ser separados por meios artificiais, como gêmeos siameses”<sup>20</sup>, para Quine a questão da verdade e da crença permanece inobservadamente presa, e essa perspectiva seria responsável pela confusão entre as duas idéias, que finda por fazer Davidson abandonar o suposto terceiro dogma do empirismo, desatando então o último laço do empirismo. Para Quine, embora Davidson trabalhe corretamente o conceito de ‘verdade’, ele confunde-se quando coloca, numa abordagem comparativa, ‘fatos’ e ‘mundo’ como referentes à ‘totalidade da experiência’, insinuando que, a partir do terceiro dogma, o empirismo usasse a experiência como fundamento para a verdade, o que não acontece, visto que a experiência seria apenas o fundamento para crenças. Nos termos de Quine:

He rightly protests in these pages and elsewhere that it is idle to say that true sentences are sentences that fit the facts, or match the world; also pernicious, in creating an illusion of explanation. There is nothing to add to Tarski's analysis, Davidson rightly urges, so far as the concept of truth is concerned. Where I sense conflation of truth and belief, however, is in his referring to the 'totality of experience' and 'surface irritations' on a par with 'the facts' and 'the world. The proper role of experience or surface irritation is a basis not for truth but for warranted belief.

Admitir a experiência como base para a verdade implicaria, de fato, em pressupor o empirismo como uma teoria da verdade. Entretanto quando se compreende a experiência apenas como base para as crenças

---

<sup>20</sup> No original: “They can be separated, like Siamese twins, only by artificial means.” (p....)

construídas, então pode-se admitir o empirismo como aquilo que é de fato: uma construção de evidências teóricas. E uma vez compreendido como evidencia teórica, o empirismo - desprovido já dos dois dogmas do empirismo – se sustenta nesse “terceiro dogma” , visto em relação às crenças garantidas, e à verdade. Nessa perspectiva o suposto dogma seria meramente um elemento ligado às evidencias teóricas, dotado de um aspecto descritivo e normativo, deixando inclusive de ser tomado por ‘dogma’. Além disso, esse elemento seria, para Quine, fundamental na medida em que seria esse aquilo que “torna o método científico em parte empírico, em vez de apenas uma busca por coerência interna.”<sup>21</sup> Outrossim, é importante perceber que a crítica davidsoniana parece partir de uma acusação de continuidade no empirismo, além de uma falta de entendimento claro sobre a questão do modo de como se daria, na perspectiva quiniiana, a questão do conceito e do conteúdo. É justamente por essa confusão feita em torno de experiencia como fundamento de verdade, portanto como ponto que implica a distinção de esquema conceitual e conteúdo, que Davidson constrói seu edifício. Se, por desventura, a proposta de Quine propusesse o empirismo como uma teoria da verdade, então a crítica seria absolutamente adequada nesse ponto. Sobre toda essa questão inicial , diz Quine:

If empiricism is construed as a theory of truth, then what Davidson imputes to it as a third dogma is rightly imputed and rightly renounced. Empiricism as a theory of truth thereupon goes by the board, and good riddance. As a theory of evidence, however, empiricism remains with us, minus indeed the two old dogmas. The third purported dogma, understood now in relation not to the truth but to warranted belief, remains intact. It has both a descriptive and a normative aspect, and in neither aspect do I think of it as a dogma.

---

<sup>21</sup> No original: “ It is what makes scientific method partly empirical rather than solely a question for internal coherence.” (p. 39)

Para dirimir definitivamente a confusão entre experiência, verdade e crença, que está na base do problema da suposta dualidade entre esquema conceitual e conteúdo empírico, é necessário compreender que Quine não concebe essa tríade como um tipo de apoio fundante do sistema epistemológico, antes as admite apenas como uma relação em termos de linguagem e de mundo, muito embora a idéia de verdade atrelada à experiência seja praticamente nula. O que se tem é uma certa relação, repito, entre crença e experiência, na medida em que se admite a experiência ligada à idéia de irrupções superficiais – enquanto construções em alguma medida dadas a partir do *sense data* –, e a importância destas através das frases de observação, que se vinculam à crenças e não à verdades, arrefecendo assim a sustentação desse pressuposto terceiro dogma.

De fato, parece que há um certo imbróglio na percepção de Davidson, não apenas quanto ao modo que Quine concebe a tríade mencionada, mas também quanto ao entendimento da proposta dele sobre a concepção da ciência enquanto um tecido feito pelo homem que toca a experiência apenas em suas bordas, através das frases de observação. Em um momento inicial, então, a experiência só tocava as bordas do esquema conceitual, ou sistema lingüístico, e em um último momento, como já mencionado em capítulos anteriores, qualquer sistema só poderia se apresentar ao tribunal da experiência como um todo. A não exclusão da experiência no processo da construção epistemológica é, inclusive, uma atitude quiniana que ele explicita e defende:

The last section of my 'Two Dogmas of Empiricism' is cited by many writers in varied moods, and Davidson has not spared it. It is where I represented total science as 'a man-made fabric which impinges on experience only along the edges. Or, to change the figure, ... a field of force whose boundary conditions are experience.' It was an interim indication of an attitude, and an attitude that I

still hold. My noncommittal term 'experience' a waited a theory. (p. 40)

Ora, se não houve em qualquer momento uma intenção quiniiana de extinguir a experiência, não haveria então a intenção de anular-se o empirismo enquanto construção de evidências teóricas. Ou seja, admite-se um empirismo funcional, localizado meramente na periferia da construção epistemológica holista, sendo apenas um tipo de fornecedor de matéria, por assim dizer, para a construção posterior. Esse fornecimento de matéria se daria na medida em que admite-se as frases de observação, e os estímulos sensoriais, como bordas do tecido da ciência, ou do sistema lingüístico. Sem, contudo, haver uma confusão entre admitir tais elementos, e colocá-los como pedra de toque da construção epistemológica. Desse modo, pode-se salvaguardar a empiria e a função das frases de ocasião nos sistemas:

Empiricist discipline, however, is not lost thereby. The fabric celebrated in my old metaphor is with us still. As before it is a fabric of sentences accepted in science as true, however provisionally. The ones at the edges are occasion sentences. Moreover, they are occasion sentences of a special sort, namely, ones whose acceptance as true on any given occasion is apt to be prompted by the firing of associated sets or patterns of receptors on that occasion. The tribunal, to worry another of my old metaphors, is a just the firing of the receptors.

Sobre essa questão das frases observacionais, é bom recordar que quando Quine fala de "observação" ele fala de um modo indireto, pois o que serve de evidência não é a observação, mas as sentenças observacionais, que reportam a observações, mais especificamente ao comportamento. O problema da observação está em ser concebida como algo subjetivo, pois elas são visuais, auditivas, táteis, olfativas; Quine pensa que ao deixar de falar de observação para falar de sentenças observacionais não se faz mais referência a sensações privadas. As sentenças observacionais, então, assumem um papel semântico e

evidencial, elas são o caminho de entrada tanto para a linguagem quanto para a ciência. Assim, as sentenças observacionais tratam não de sensações, embora possam estar ligadas em algum nível primário ao *sense data*, mas dizem mais respeito ao comportamento, visto que admitem verificação pública. O que seria “observável” para Quine seria algo atestado sobre um lugar, por alguma evidência em comando da linguagem e seus cinco sentidos. O que ele quer afirmar é que as sentenças observacionais, ainda em seu último sentido, são reportadas não somente de dados dos sentidos, mas também de circunstâncias externas comuns e comportamento. A sentença observacional, de acordo com Quine, possibilita a aprendizagem da linguagem sem a ajuda de uma linguagem anterior. Ela é uma sentença ocasional em que os membros da comunidade podem fixar por observação direta em satisfação conjunta. Desse modo, todo sistema necessitaria de tais elementos facilitadores, que antes de tudo correspondem à coletividade dos falantes, sob os mesmos estímulos. Sobre essa perspectiva, diz Quine:

I took this line so as to discourage a phenomenalist interpretation. Our typical sentences are about bodies and substances, assumed or known in varying degrees, out in the world. Typically they are not about *sense data* or, certainly, surface irritations. But some of them are elicited by surface irritations, and others are related to surface irritations in less direct and more tenuous ways.

Assim sendo, poder-se-ia também clarificar o ponto próprio do holismo quiniiano que situa-se entre as teorias distal e proximal. E o que que Quine parece fazer é reconciliar as duas teorias, distal e proximal. No entanto, pode-se perceber que, para ele, um caráter mais proximal é essencial para se obter significados e talvez possibilitar uma tradução radical sem incorrer no problema da referência. Pois, por exemplo, um linguista tenta encontrar sentenças observacionais de uma linguagem nativa com sentenças observacionais de sua própria língua as quais teriam o mesmo significado, e esse processo dar-se-á sempre a partir

de estímulos que incitem assentimento ou dissentimento. Essa questão traz à tona a possibilidade de que, na realidade, o ponto de qual parte Davidson para estabelecer o que ele chama de terceiro dogma, e conseqüentemente sua crítica a Quine, seja um ponto distinto das preocupações, e propostas, quonianas.

Entretanto, antes de uma análise mais decisiva sobre até que ponto as críticas de Davidson seriam plausíveis, há ainda um outro ponto que Quine aborda na sua resposta a Davidson e que merece ser mencionado. Tal ponto diz respeito aos dados sensoriais (sense data), e a questão de estímulo e resposta. Para ele a questão do estímulo de significado, conforme já tratado anteriormente, diz respeito também à coletividades, visto que muitos estímulos de significados são na verdade ensinados e aprendidos, mediante a intersubjetividade presente na grande rede interligada que é uma linguagem, bem como um sistema teórico. Desse modo, não caberia uma crítica à relação – ou importância – dos dados sensórios, aquilo que acontece na pele do falante, e o assentimento ou dissentimento, ou seja a resposta do falante. A preocupação quoniana não diz respeito a como acontece esses processos, não há uma preocupação puramente fisiológica. Antes ele preocupa-se em tratar amiúde da relação entre estímulo e resposta na construção do significado, e na compreensão da linguagem, ou da teoria. Haveria no estabelecimento da relação entre estímulo e resposta, a partir dos modos como se dá, um ponto fulcral do empirismo:

I assume no awareness of the firing or any ínterim contemplation of sense data. I treat of stimulus and response. The response is assertion of the occasion sentence or assent to it. Typically the sentence is one that treats of external objects and is not devoid of theoretical terms. The link between the stimulus and the response is forged in some cases by simple conditioning or ostension and in other cases by analogy or verbal explanation, but it becomes a direct and immediate connection once it is a forged. Where empiricist discipline persists is partly in the

relative firmness of this link between a goodly store of occasion sentences and concurrent stimulation, and partly in a high degree of dependence upon these occasion sentences on the part of sentences in the interior of the fabric. It is a matter of degree of responsive, a matter of more and less responsible science, of better and worse.

Este último ponto abordado deixa nítido, uma vez mais, algo já mencionado – quase que exhaustivamente - , e facilmente inferido na análise das propostas quonianas: não há nenhuma intenção, por parte de Quine, de abandonar o empirismo. Buscar a superação da dualidade entre analítico e sintético, nunca implicou um abandono do empirismo, tampouco uma proposta holista e naturalizada implicaria nesse abandono.

Sobre um suposto terceiro dogma, há ainda uma observação relevante a ser feita, e que trará clarificação sobre a negação quoniana sobre uma possível dualidade entre esquema conceitual e conteúdo. Quine considera a crítica de Davidson à tal referida dualidade como um dogma meramente suposto, e que deriva de um tipo de equívoco interpretativo por parte de Davidson de termos quonianos quando trata de linguagem ordinária, e da ciência:

It seems that in Davidson's mind the purported third dogma is somehow bound up with a puzzling use on my part of the phrase "conceptual scheme". The "dualism of scheme and content" deplored in my first quotation from Davidson bears a trace of this, as does the title of his essay. In conclusion, then, let me clarify the status of the phrase. I inherited it some forty-five years ago through L.J. Henderson from Pareto, and I have meant it as ordinary language, serving no technical function. It is not, as architects say, a supporting member. A triad – conceptual scheme, language, and world – is not what I envisage. I think rather, like Davidson, in terms of language and the world. I scout the tertium quid as a myth of a museum of a labeled ideas. Where I have spoken of a conceptual scheme I could have spoken of a language. Where I have spoken of a very alien conceptual scheme I would have been content, Davidson will be glad

to know, to speak of a language awkward or bluffing to translate.

Se Quine não concebe o trinômio esquema conceitual, linguagem e mundo, antes concebe , tal qual o próprio Davidson, um tipo de binômio composto de mundo e linguagem, então factualmente houve um equívoco por parte de Davidson, e uma vez percebendo-se isso há de imediato uma implosão do suposto terceiro dogma que, para ele, Quine sustentaria. Se não há um terceiro elemento determinante na relação linguagem-mundo, não há algo a ser propriamente organizado, esquematizado. Há tentativas de dizer, com a linguagem, o mundo. Mundo percebido via sense data, apreendido intersubjetivamente a partir da coletividade dos falantes, e periféricamente dito a partir dos enunciados de observação, que constituem as bordas do tecido da linguagem, e, portanto, tocam a experiência. Isso traria clarificação suficiente a respeito da postura adotada por Quine, e o escopo de sua teoria a respeito da relação entre mundo e linguagem, e verdade e experiência.

Não obstante as respostas de Quine às críticas davidsonianas, tais críticas ganharam considerável repercussão nos anais da Filosofia da Linguagem e Analítica. A interpretação dessas críticas não apresenta univocidade. Há teóricos que compreendem as críticas de Davidson como completamente pertinentes, admitindo inclusive que há de fato um terceiro dogma no empirismo, caracterizado pela persistência da dualidade entre esquema conceitual e conteúdo, e que o tal dogma não fora abandonado por Quine. Há os que compreendem que , embora pertinentes, tais críticas podem ser um tanto quanto pretensiosas, na medida em que pressupõe um terceiro dogma, e uma dualidade, que sequer parece ter sustentação diante dos esclarecimentos quinianos. Há ainda os teóricos que consideram bem pouco pertinentes as críticas, e insustentável a assunção de um terceiro dogma, ou de uma distinção entre esquema conceitual e conteúdo. Entretanto, há ainda uma possibilidade de análise

alternativa das críticas davidsonianas, que se daria numa busca de possibilidades de complementaridade entre o holismo semântico que Davidson propõe, como modo de superação do alegado terceiro dogma e da dualidade que ele carrega, e o holismo epistemológico quineano.

### 3.2 PONDERAÇÕES A RESPEITO DE UMA POSSÍVEL COMPLEMENTARIDADE ENTRE HOLISMO EPISTEMOLÓGICO E HOLISMO SEMÂNTICO A PARTIR DA RESPOSTA DE QUINE A DAVIDSON

A problemática fundante do presente trabalho consiste, exatamente, na busca de validar ou negar condições de possibilidade de complementaridade entre a proposta do holismo semântico de Davidson e o holismo epistemológico de Quine. Há factualmente pontos contundentes de intersecção entre as propostas holistas de Quine e Davidson no que diz respeito, por exemplo, a compreensão de que as validações, ou pressuposições de crenças, se dão necessariamente no campo da intersubjetividade para que, então, seja possível um entendimento mútuo, e a construção de uma rede significativa na linguagem, apesar de grande parte das crenças terem a ver com aquilo que se dá na pele do falante, a partir dos estímulos. Ambos compreendem que embora exista o elemento subjetivo, do que se dá 'sob a pele', só há sentido, só se diz algo, quando os significados partem de crenças minimamente compartilhadas, ou pelo menos admitidas mutuamente como possivelmente verdadeiras. Assim, admitem a linguagem como um tipo de produto cultural, e que só possui eficácia em uma comunicação que se dê a partir de uma pressuposição de compartilhamento mínimo de crenças.

Entretanto, não obstante a assunção de compartilhamento de elementos teóricos, e perspectivas, entre Quine e Davidson, no que

concerne à linguagem e mundo, para que haja reais condições de possibilidade de complementaridade entre quaisquer sistemas teóricos é basilar que os dois partam de um ponto fulcral comum, e tenham igualmente uma finalidade comum, e tal coisa não é o que parece, ao final de nossa análise, acontecer entre o holismo semântico e o holismo epistemológico. Diante da exposição das respostas de Quine às críticas davidsonianas, por exemplo, fica fácil perceber que, antes de tudo, há equívocos na interpretação de Davidson a respeito da proposta de Quine de superação dos dois dogmas do empirismo, inclusive na tentativa de pressupor um terceiro dogma que não se sustenta mediante as respostas quiniananas. Além disso, e talvez como consequência destes equívocos, as pretensões dos holismos são um tanto quanto distintos. Assim sendo, tomaremos tais questões como pontos basilares para uma argumentação de negação de possibilidade de complementaridade.

Quine, no cerne da sua proposta epistemológica, visa a superação da dualidade entre analítico e sintético – conforme já amplamente abordado no presente trabalho – , que finda por gerar dois dogmas clássicos no empirismo, e que implicam em reducionismo e em um sistema verificacionista falho. A questão em foco é de caráter profundamente epistemológico, visto que tais dogmas incidem diretamente no modo como a ciência processa o conhecimento adquirido, a validação desse conhecimento, e a verificação do mesmo. O problema a ser superado não seria, então, o empirismo em si, mas os dogmas metodológicos utilizados pelo empirismo no processo de construção epistemológica. E, na medida em que Quine propõe um holismo epistemológico, metaforizado na idéia de uma rede, um tecido de partes interligadas, ele constrói uma sólida superação da fragmentação epistêmica até então promovida pela herança kantiana. A proposta quiniiana oferece uma gigante janela aberta para o horizonte da construção de sistemas teóricos onde não seja possível validar isoladamente enunciados. Do mesmo modo que não seria possível

elucidar e significar enunciados isolados em uma linguagem. Entretanto, é impossível que sistemas teóricos, ou a compreensão de sistemas lingüísticos, sejam possíveis sem recorrer em nenhuma instância à experiência. O mundo se apreende, em primeira instância, pela via da experiência, conforme já dito bem anteriormente. Tentar anular a experiência seria retirar a linha da roca de fiar o tecido da linguagem, e dos sistemas teóricos. E Davidson emaranha-se nesse ponto, quando acusa Quine de permanecer refém de um terceiro dogma do empirismo. De acordo com Velloso (2005, p. 58),

Assim, enquanto Davidson considera a solução de se buscar um conteúdo empírico teoricamente neutro como sendo “o terceiro dogma do empirismo” (DAVIDSON, 1984, p. 198), uma tese a ser simplesmente descartada, Quine acredita ser essa a única maneira de fundamentar a prática científica sem incorrer no problema do relativismo epistemológico e, quiçá, viabilizar uma teoria semântica em termos de condições de verdade.

Ora, admitir em alguma medida a experiência, não produz dualidade visto que não se coloca a experiência como um terceiro elemento primordial, junto de mundo e linguagem. A experiência, enquanto nascedouro de observações, através do que surgem as sentenças observacionais, deve ser compreendido á luz da maneira que Quine supõe tal processo. De acordo com Oliveira (2011, p.08),

Quando Quine fala de ‘observação’ ele fala de um modo indireto, pois o que serve de evidência não á a observação, mas as sentenças observacionais, que reportam a observações, mais especificamente ao comportamento. (...) O que seria observável para Quine seria algo atestado sobre um lugar, por alguma evidência em comando da linguagem e seus cinco sentidos.

Assim sendo, não há um conteúdo/experiência a ser organizado dentro de um sistema conceitual / linguagem. Há a linguagem e o mundo, dito a partir de crenças dos falantes. Crenças estas construídas – de algum modo - a partir da experiência, ou antes, da interpretação

intersubjetiva da experiência. Aliás, numa análise mesmo que superficial a respeito do holismo semântico davidsoniano também não há como escapar da experiência, visto que seria impraticável falar de condições de verdade sem de algum modo tocar a questão da experiência, da empiria. A construção do significado, necessariamente, deve passar pelas interpretações dos falantes, e tais interpretações – embora elaboradas a partir de um tipo de contrato de partilhamento externalista de caráter semântico - advém de impressões e/ou sensações, que se dão a partir do mundo dado, e experienciado, gerando então crenças. Numa análise a respeito do papel da experiência dentro do holismo semântico, Arruda (2007, p.29) afirma :

Podemos concluir que a maior parte de nossas crenças são relacionadas com o mundo externo. O que um falante diz, faz, ou mesmo pensa, tem lugar no mundo externo. Ou seja, o que ocorre é aquilo que pensamos que é. Essa visão externalista requer uma relação causal entre mundo e mente, entre algum lugar na rede de crenças do falante, a qual se espalha como um todo holístico, determinada pela interpretação

Ademais, para que haja qualquer tipo de instituição de significado é necessário que haja interpretação, e para tal processo existir é preciso um intérprete, e tal intérprete é justamente, de acordo com Smith (2005, p. 163), “aquele que busca estabelecer uma relação entre o que é dito por seu interlocutor e as coisas e os eventos que existem e acontecem no mundo objetivo (e que causam suas crenças)’. Na medida em que se concebe um mundo objetivo é inelutável, mesmo que em mínima proporção, admitir a experiência como um tipo de elemento primeiro na construção do conhecimento, e da linguagem, por conseguinte. Evidentemente, não se pretende estabelecer a experiência como fundamento de uma teoria da verdade, de ajuste total entre experiências e fatos. Entretanto, não obstante concordemos que nem mesmo o ajuste da totalidade das experiências em função dos fatos, seja capaz de fazer teorias ou enunciados verdadeiros, não seria plausível compreender

significado completamente desarraigado do empírico. Porquanto, Quine apresenta uma total falta de pretensão de abandono do empirismo, algo já mencionado neste mesmo capítulo, no momento inicial da análise da resposta quiniana às críticas de Davidson. Rememoremos os termos do próprio Quine:

The last section of my 'Two Dogmas of Empiricism' is cited by many writers in varied moods, and Davidson has not spared it. It is where I represented total science as 'a man-made fabric which impinges on experience only along the edges. Or, to change the figure,... a field of force whose boundary conditions are experience.' It was an interim indication of an attitude, and an attitude that I still hold. My noncommittal term 'experience' awaited a theory.

Porquanto, como há na proposta davidsoniana – paradoxalmente - uma tônica no que concerne à negação do continuísmo dentro de uma perspectiva empírica, então pressupor uma complementaridade entre o holismo semântico, construído sob o desamarrar do último laço do empirismo, e o holismo epistemológico quiniano, que objetiva tão somente superar o legado kantiano dualista, sem pretensões de abandono do empirismo seria extremamente complicado. Seria uma complementaridade forjada mediante o adotar um abandono total do empirismo, ou seja, seria possível apenas mediante uma descaracterização da pretensão original da proposta de Quine.

O segundo ponto argumentativo contrário a uma complementaridade sustenta-se no fato de que as pretensões dos holismos são um tanto quanto distintos. O holismo epistemológico, proposto por Quine, embora seja perpassado pela problemática da linguagem, e dos tópicos comuns ao holismo semântico, na medida em que trabalha os conceitos de verdade, crença, validação, e significado, não tem por objetivo final ater-se ao problema do significado, da

referencia, não se detém na própria linguagem. Tampouco fixa-se no sujeito, e suas concepções, abrindo margem para a possibilidade de linguagens privadas, e individuação meramente subjetiva dos significados. Antes, aponta claramente para o caráter intersubjetivo da linguagem, enquanto uma rede tecida pelo homem, que toca a experiência em suas bordas. Aliás, conforme já mencionado algumas vezes, Davidson não aceitava o modo como Quine trata os dados sensórios e a atuação destes no processo epistêmico e lingüístico, baseado na teoria proximal:

Davidson, um dos críticos mais acirrados à localização proximal, se opõe ao novo critério e insiste em que seria mais prudente e profícuo considerar, como origem do significado estimulativo, os próprios objetos no mundo, resolvendo assim definitivamente o problema da homologia dos receptores dos falantes: os mesmos objetos teriam provocado o assentimento ou dissentimento de diferentes falantes. Com efeito, Davidson vai mais além e argumenta que a insistência de Quine em manter a origem da cadeia causal nos receptores dos falantes seria em realidade um dogma remanescente do empirismo, um terceiro dogma a ser acrescentado aos outros dois outrora criticados por Quine. (VELLOSO, 2005, P.71)

Além da evidente retomada do problema do terceiro suposto terceiro dogma, a partir da crítica à abordagem proximal quiniense, para Davidson, a admissão da relevância do *sense data* findaria por gerar ainda ceticismo, ou tipos de linguagem privadas, uma vez que não partilhemos receptores homólogos de estímulos, nem somos capazes de conhecer a mente do outro, como um ouvinte onisciente. Entretanto, é preciso levar em consideração a preocupação majoritariamente epistemológica de Quine ao manter-se nessa postura, caminhando pela teoria proximal da estimulação do falante:

A preferência pela porção proximal do processo de estimulação do falante tem essa grande vantagem

filosófica para Quine: o menor comprometimento ontológico. Segundo a sua definição de sentenças de observação, os objetos seriam postulados apenas como hipóteses que satisfariam aquele padrão de estimulação. Eles não seriam, contudo, impostos a nós como eventos conectados de modo causal às nossas sentenças. A abordagem proximal poderia ser uma maneira de resolver, portanto, a questão da neutralidade ontológica das sentenças observacionais. (VELLOSO, 2005, p. 72)

Mesmo admitindo a implicação epistêmica inerente a essa questão de estimulação sensória e frases observacionais, na construção inicial do conhecimento, é necessário considerar que o próprio Quine clarificou a questão de tal uso não implicar numa dualidade, ou fragmentação da construção holista: “Putting matters thus physiologically was of a piece with my naturalism, my rejection of a first philosophy underlying science. Empiricist discipline, however, is not lost thereby. The fabric celebrated in my metaphor is with us still.” (QUINE, p.40) Entretanto, apesar de ser possível uma compreensão do uso da teoria proximal dentro da construção quiniiana, esse ponto configuraria uma questão subjacente aos holismos que também tornaria difícil uma complementaridade entre as propostas davidsoniana e a quiniiana. Uma vez mais, seria necessário retirar um tijolo da fundação, alterando toda a construção posterior.

Outrossim, a linguagem é um elemento constitutivo do holismo quiniiano, não é seu ponto fulcral. A construção do conhecimento, a possibilidade da quebra dogmática reducionista fruto do legado kantiano, e a instauração de um sistema no qual nenhum elemento teórico possa ser revisto, ou validado, individualmente é que configura-se como o alvo da proposta de Quine. Por outro lado, a proposta de Davidson caminha detidamente pela questão da linguagem em si mesma, conforme Ghiraldelli:

A teoria da interpretação radical de Davidson na sua filosofia da linguagem privilegia a comunicação e uma determinada noção de racionalidade nos estudos sobre

significado, dando uma nova visão para a semântica. Justamente por invocar o processo comunicacional, sua teoria começa a disputar espaço com as teorias habermasianas, menos empíricas, no seio dos debates entre os scholars das ciências humanas atualmente.

Uma vez que a teoria davidsoniana tem como ponto de partida e chegada a linguagem em si mesma, e pretende afastar-se tanto quanto possível de uma abordagem empírica, opõe-se, uma vez mais, à teoria quiniiana, já que constrói o holismo semântico trabalhando com a possibilidade de que não deve um intermediário epistêmico na construção das crenças verdadeiras, visto que, o conteúdo de cada crença sobre o mundo deve ser causada pelo próprio mundo, e compreendido a partir do próprio indivíduo, e significado a partir intersubjetividade contratual. Desse modo, não há necessidade de um mediador epistêmico para se compreender o conteúdo da crença como verdadeiro, assim “intermediários epistêmicos geram mais problemas que soluções.” Em última instância, para Davidson, uma vez que o conteúdo da crença é causada precisamente pelo próprio mundo, não há como o conteúdo da crença ser falso:

Nós sabemos como as coisas aparecem para nós, como elas são vistas por nós, sentidas por nós, como cheiros e sons são para nós. Nós sabemos essas coisas de uma forma a qual nós nunca saberemos sobre o mundo que nos cerca. Se estivermos ou não algumas vezes errados sobre os conteúdos de nossa própria mente, se podemos estar ou não em dúvida acerca de nossas próprias sensações ou sentimentos, uma coisa é certamente verdade sobre essas crenças: elas não podem estar generalizadamente erradas. Se nós pensamos que nós temos certo pensamento ou sensação, há uma forte presunção de que nós estamos certos.

Naturalmente, essa perspectiva de negar mediações epistêmicas, é uma conseqüência direta da tentativa davidsoniana de abandonar qualquer ligação com a idéia de que há esquemas conceituais a partir dos

quais os conteúdos devam ser organizados, ou validados. Entretanto, isto implica no fato de que enquanto Davidson preocupa-se com estabelecer o modo como se dá a relação causal entre mundo e linguagem, a preocupação de Quine vai além, é uma preocupação epistemológica, partindo de como as evidências teóricas – dadas no mundo, a partir da experiência - podem servir para a construção de sistemas teóricos, e para compreensão de linguagens.

Haveria ainda, decerto, alguns outros pontos de oposição entre os holismos, mas os argumentos já expostos, que são concernentes a pontos fundamentais, já delinea indelevelmente traços claros de incompatibilidades entre as propostas. Há preocupações distintas, que encaminham, então, o foco de cada um dos holismos para pontos distintos. Necessariamente, linguagem e epistemologia se entrelaçam numa construção de compreensão da realidade, entretanto sempre se caminhará mais firmemente para o lado da reta que tenha no final o ponto a que se quer chegar. Quine deseja chegar à construção epistêmica desprovida dos dogmas engessadores que até então vigoravam, enquanto Davidson deseja, em linhas gerais, esclarecer as relações entre mundo, linguagem, crenças, e significados. Para que houvesse complementaridade seria necessário partir das mesmas inquietações, para chegar-se às conclusões possíveis de serem harmonizadas e dadas como pontos de intersecção, como peças de um quebra-cabeça que se encaixam adequadamente, fazendo então possível a visualização da imagem completa. Assim sendo, dadas as divergências fundamentais presentes nos pontos de partida, nas abordagens, e nas pretensões, é possível argumentar com clareza, e posicionar-se em negação de possibilidade de complementaridade real entre o holismo epistemológico e o holismo semântico, dadas as oposições primordiais que apresentam. Há um valor imenso em ambas as propostas, mas precisam ser analisadas e abraçadas individualmente, enquanto sistemas teóricos

eficazes, que, o entanto, exigem um optar por premissas e implicações que, inevitavelmente, encaminham para pontos de chegadas distintos.

## CONCLUSÃO

A epistemologia contemporânea foi marcadamente influenciada pelo legado kantiano, traduzido em um empirismo dogmático, reducionista e perpassado pela distinção analítico/sintético. Quine, entretanto, se opõe a este paradigma epistemológico, e critica o legado kantiano, veementemente, através do artigo *Dois Dogmas do Empirismo*. No referido artigo, o autor traça com maestria críticas à absolutamente flácida noção de analiticidade, que sustenta a distinção clássica, bem como o reducionismo verificacionista, que caracteriza iconicamente o empirismo moderno.

Após a crítica contundente, Quine propõe um empirismo sem dogmas, dado nos moldes de um holismo epistemológico que, metaforicamente, seria um tecido que toca a experiência apenas nas bordas, ou um campo de força cujas fronteiras são as experiências. Outrossim, nenhuma parte de teoria, bem como nenhum enunciado de uma linguagem, pode ser revisado isoladamente. Todo sistema teórico, ou linguagem, se apresenta ao tribunal da experiência coletivamente, como um todo. Tais princípios levariam a uma quebra do reducionismo verificacionista ao qual o empirismo moderno, até então, esteve submetido. Toda validação de um enunciado dar-se-ia a partir da intersubjetividade, não obstante as impressões sobre o mundo se dêem individualmente, sensorialmente, a partir de estímulos sensoriais. E, não havendo receptores homólogos, cada indivíduo, em um momento inicial, significaria enunciados a partir de assentimento ou dissentimento. A

validação desses assentimentos e dissentimentos, intersubjetivamente, implicaria em qualquer enunciado de uma linguagem, ou de um sistema teórico, estar circunscrita ao todo da linguagem, e da teoria. Desse modo superava-se os dois dogmas principais do empirismo, e a distinção kantiana.

Entretanto, Davidson, considerando insuficiente o holismo epistemológico, haja vista a alegação de um suposto terceiro dogma do empirismo que Quine não teria abandonado, a distinção entre esquema conceitual e conteúdo, propõe um novo modelo de holismo que seja completamente voltado para a linguagem em si mesma, enquanto um todo amparado na intersubjetividade, a partir do compartilhamento de acordos semânticos. Porquanto, o holismo semântico surgiria de modo similar ao epistemológico, partindo do pressuposto de que as partes, ou enunciados, de uma linguagem só seriam dotadas de condição de possibilidade de validação no todo. O holismo davidsoniano trabalharia a partir de uma teoria da interpretação baseada nas crenças dos falantes, sem intermediação epistêmica de esquemas conceituais, e buscando o maior distanciamento possível da admissão da empiria como mecanismo de verificação ou validação, negando assim um papel de destaque à estimulação sensória, num processo de assunção de condições de verdade, a partir da triangulação entre falante ( e suas crenças), intérprete e mundo objetivo.

Uma vez que há alguns elementos teóricos similares nas abordagens dos dois autores, em um primeiro momento pode-se levantar a hipótese de que haja alguma condição de possibilidade de complementaridade entre o holismo semântico e o holismo epistemológico. Davidson embasa toda a sua construção, ora em princípios propostos por Quine, ora em severas críticas à construção quineana, uma vez que nesta não haveria um abandono da empiria. Entretanto, conforme Quine responde às críticas davidsonianas , vai

clarificando alguns conceitos , e detectando alguns equívocos interpretativos que nortearam a construção de Davidson.

Porquanto, ao se fazer uma análise mais acurada das duas teorias holistas, à luz dos esclarecimentos quonianos, vai se delineando claramente algumas impossibilidades numa perspectiva de complementaridade. Seja por conta da alegação a respeito do terceiro dogma, que não se sustenta diante da argumentação quoniana; seja pela aparente tentativa de abandono da empiria, dentro do holismo semântico; ou, pela clara ênfase exclusivista na linguagem, dentro da proposta davidsoniana, enquanto há uma preocupação epistemológica majoritária na proposta quoniana. Conforme se conduz uma averiguação de condições de possibilidade de uma complementaridade entre o holismo semântico e o holismo epistemológico, percebe-se que a complementaridade não seria possível sem prejuízo de conceitos basilares, de descaracterização em ambas propostas. Holismo epistemológico quoniano e holismo semântico davidsoniano, em última análise, partem de pontos avizinados, entretanto com preocupações distintas, e , por conseguinte, com pontos de chegada completamente díspares.

Não obstante se negue a possibilidade de complementaridade entre as propostas de Quine e Davidson, é inegável a importância da abordagem de sistemas teóricos que mesclam epistemologia e semântica. Negar uma complementaridade entre os holismos tratados no presente trabalho, não implica que o problema epistemológico não passe pelo problema da linguagem, ou vice versa. Ao contrário disso, a análise das duas propostas na tentativa de estabelecer - ou não - possibilidade de complementaridade, mesmo tendo nos encaminhado para uma negação dessa possibilidade, evidencia a necessidade de novas empreitadas teóricas que proporcionem a construção de sistemas que abarquem amplamente a amalgama de linguagem e epistemologia que permeia desde os primórdios as questões da Filosofia, ou antes, que

permeia o pensamento humano desde o momento em que o homem julgou-se capaz de conhecer e dizer o mundo.

## REFERÊNCIAS

DAVIDSON, Donald. **On the Very Idea of a Conceptual Scheme**. Proceedings and Addresses of the American Philosophical Association. Vol. 47, 1974, p. 5-20.

\_\_\_\_\_. **Meaning, Truth and Evidence**. In: Barrett, R.; Gibson, R. (Org.) *Perspectives on Quine*. Cambridge: Blackwell, 1990.

D'AGOSTINI. **Analíticos e Continentais**. São Leopoldo: Unisinos, 1999.

FREGE, G., '**Sobre o Sentido e a Referência**', 1892, in Gottlob Frege: *Lógica e Filosofia da Linguagem*. 2ed. Trad. Paulo Alcoforado. São Paulo: Edusp, 2009.

HAACK, Susan. **Filosofia das lógicas**. Trad. Cezar Augusto Mortari e Luis Henrique Araújo Dutra. São Paulo: Ed. Unesp, 2002.

HUME, David [1748] **Investigações sobre o entendimento humano**. In: *Col. Os pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1980.

HYLTON, Peter. **Quine**. New York: Routledge, 2007.

HYLTON, Peter. Analiticidade e holismo no pensamento de Quine. Trad. de Laura Machado do Nascimento. *Revista SKÉPSIS*, ano v, n 105 o 8, 2012

KANT, Immanuel. **Crítica da razão pura**. 7 ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2010

LEIBNIZ, W. G. [1714] **Monadologia**. In: *Col. Os Pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

NASCIMENTO, Marcos Bulcão. O holismoquineano e a ciência sem dogmas. **Práxis Filosófica**. Nueva serie, No. 28, Enero-Junio 2009: 99-116.

OLIVEIRA, Debora Fontoura. **Significado e Evidência: Um Debate entre Quine e Davidson**. Semana Acadêmica do PPG em Filosofia da PUCRS, VII Edição, 2011.

PENCO, Carlo. **Introdução à Filosofia da Linguagem**. Trad. Ephraim F. Alves. Petrópolis: Vozes, 2006.

PETTERSEN, Bruno Batista. **Epistemologia Naturalizada**. Dissertação de Mestrado em Filosofia, UFMG, 2006.

\_\_\_\_\_. **A naturalização da epistemologia: empirismo, ciência e semântica em Quine**. Edições Loyola, 2014.

PONTES, André Nascimento. **Em defesa da definição fregeana de analiticidade: uma análise crítica dos argumentos de Quine em *Dois Dogmas***. *Problemata: R. Intern. Fil.* v.5. n.1, 2014, p. 94-121.

QUINE, W. V. O. **Two dogmas of empiricism**. In *From a Logical Point of View*, Harvard University Press: Cambridge, Massachusetts, 1953.

\_\_\_\_\_. **Dois dogmas do empirismo**. In De um ponto de vista lógico: nove ensaios lógico-filosóficos. Trad. Antonio Ianni Segatto. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

\_\_\_\_\_. **Relatividade Ontológica e Outros Ensaios**, in: Coleção Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural

\_\_\_\_\_. **De um ponto de vista lógico: nove ensaios lógico-filosóficos**. Trad. Antonio Ianni Segatto. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

\_\_\_\_\_. **Palavra e objeto**. Trad. Sofia Inês A. Stein e Desidério Murcho. Ed. Vozes, 2010.

\_\_\_\_\_. **The roots of reference**. Illinois: Open Court, 1974.

\_\_\_\_\_. **On the Very Idea of a Third Dogma**. In *Theories and things*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1981.

RUSSELL, B. **'Da denotação'**, in Russell, B. *Ensaio Escolhidos*. Coleção Os Pensadores. Ed. Abril Cultural, 1978

SCHLICK, CARNAP, POPPER. Coletânea de textos. Coleção Os Pensadores, 1975.

SMITH, Plínio Junqueira. **Davidson para Além do Ceticismo**. In Significado, Verdade, Interpretação: Davidson e a Filosofia. Plínio J. Smith; Waldomiro J. Silva Filho (Orgs.). São Paulo: Loyola, 2005.

SOAMES, S. **Beyond Rigidity: The Unfinished Semantic Agenda of Naming and Necessity**. Oxford: Oxford University Press, 2002.

TUGENDHAT, E. **Lições introdutórias à filosofia analítica da linguagem.** Ed. Unijuí, 2006.

VELLOSO, Araceli. **Quine e Davidson: estimulação distal ou proximal?** In. *Philosophos R. Intern. Fil.* v.10 n.2, 2005, p. 57-86.

WITTGENSTEIN, Ludwig. **Tractatus Lógico-Philosophicus.** Trad. Luiz Henrique L. Santos. Edusp, 2001.